

Comparações odiosas: incomensurabilidade, estudo de caso e “pequenos N’s” em sociologia

George Steinmetz¹

Resumo

Estudos de caso e “comparações com amostras pequenas” têm sido atacados por duas frentes, a positivista e a incomensurabilista. Ao mesmo tempo, alguns autores têm defendido comparações com amostras pequenas como forma de permitir que os pesquisadores qualitativos atingissem certo grau de cientificidade, ainda que tenham rejeitado o estudo de caso como meramente “ideográfico”. Os partidários do estudo de caso, às vezes, concordam com estas críticas, rejeitando todas as reivindicações à cientificidade. Um conjunto de discordâncias relacionadas ao tema diz respeito ao papel e à natureza da teoria social na sociologia, que, às vezes, é descrita como inútil e parasitária e, outras vezes, como evoluindo em um emblemático isolamento em relação à pesquisa empírica. Essas três formas de atividade sociológica – análise comparativa, estudos de casos individuais e teoria social – são defendidas aqui a partir do ponto de vista do realismo crítico. Neste artigo eu primeiro reconstruo, com base em traços amplos, a estrutura epistemológica e ontológica dominante na sociologia dos EUA no pós-guerra. As próximas duas seções discutem várias críticas positivistas e incomensurabilistas dirigidas à comparação e aos estudos de caso. As últimas duas seções propõem uma compreensão da comparação como operando ao longo de duas dimensões, eventos e estruturas, e oferece uma ilustração da diferença e da relação entre os dois.

Palavras-chave: realismo crítico; metodologia; comparações com amostras pequenas.

Abstract

Case studies and “small-N comparisons” have been attacked from two directions, positivist and incommensurabilist. At the same time, some authors have defended small-N comparisons as allowing qualitative researchers to attain a degree of scientificity, yet they also have rejected the case study as merely “idiographic.” Practitioners of the case study sometimes agree with these critics, disavowing all claims to scientificity. A later set of disagreements concerns the role and nature of social theory in sociology, which sometimes is described as useless and parasitic and other times as evolving in splendid isolation from empirical research. These three forms of sociological activity— comparative analysis, studies of individual cases, and social theory—are defended here from the standpoint of critical realism. In this article I first reconstruct, in very broad strokes, the dominant epistemological and ontological framework of postwar U.S. sociology. The next two sections discuss several positivist and incommensurabilist criticisms of comparison and case studies. The last two sections propose an understanding of comparison as operating along two dimensions, events and structures, and offer

¹ Professor de Sociologia no Departamento de Sociologia da Universidade de Michigan.

an illustration of the difference and relationship between the two.

Keywords: critical realism; methodology; small-N comparisons.

*Todas as comparações são odiosas.
(Cervantes, Don Quixote)²*

*Comparações são odiosas porque são impertinentes... fazendo uma coisa a norma de outra que não tem relação com isso.
(C. Hazlitt [1821] 1903)³*

*A faculdade de comparação é aquela que produz ideias, e é, portanto, a base do intelecto, e de todos os poderes intelectuais da mente humana.
(Lord Monboddó 1774)⁴*

Introdução^{5,6}

Os efeitos duradouros da *rifondazione* metodológica pós-1945 na sociologia americana, especialmente o fechamento em relação às discussões epistemológicas explícitas que caracterizaram a sociologia durante suas primeiras décadas, deixaram a disciplina precariamente preparada para enfrentar as mudanças sísmicas na compreensão da ciência e do conhecimento nas últimas décadas⁷. Uma preocupação especial neste artigo é o dilema enfrentado pelos sociólogos que trabalham em casos singulares ou que realizam pesquisas comparativas sobre pequeno número de casos

(realizando o que muitas vezes são chamados de comparações com amostras pequenas). Estes sociólogos, encontrados principalmente nos subcampos da etnografia, sociologia cultural e histórica, e estudos de campo, há muito que enfrentam críticas de metodólogos positivistas.

Mas os mesmos pesquisadores, especialmente aqueles que trabalham em sociedades não ocidentais, culturas subalternas, ou em eventos aparentemente incomparáveis como o Shoah progressivamente têm se confrontado com críticas vindas também de direções não positivistas. Teóricos da “incomensurabilidade” têm questionado a legitimidade básica ontológica e epistemológica de pesquisa comparativa. Pesquisadores sociais qualitativos são assim capturados por pressões opostas do positivismo e do incomensurabilismo.

Este artigo tenta produzir uma interpretação analítica dos argumentos a favor e contra pequenas comparações e estudos de caso e oferecer uma defesa de ambas as formas de análise. De fato, minha conclusão é que estudos de caso e comparações podem ser vistas como formas privilegiadas de análise sociológica, devido às peculiaridades ontológicas do social. Em defesa da análise comparativa, eu argumento que as comparações operam ao longo de duas dimensões, eventos e estruturas, correspondendo a uma das principais linhas de estratificação ontológica do social-real. Críticos de comparação frequentemente realizam uma confluência entre estas duas dimensões. Assim, a tese da incomparabilidade da Shoah⁸

2 No documento original esta era a nota de número 1. A numeração das notas de rodapé foi alterada, devido ao acréscimo de notas de tradução (evitadas sempre que possível). Cervantes (1950 [1604-1616]: 619). A frase de Cervantes “comparações são odiosas” é frequentemente atribuída a Sir John Fortescue (ca. 1385–1479).

3 Hazlitt (1903 [1821]: 141), ensaio XI (“Sobre pensamento e ação”).

4 Monboddó (1774-1779: 68), vol. I, parte I, livro I, cap. 6

5 Eu gostaria de agradecer a três revisores anônimos, Dan Little, e aos participantes da Conferência “Problemas de Comparabilidade / Possibilidades de Estudos Comparativos”, realizada na Universidade de Nova York, entre os dias 1 e 3 de março de 2002, especialmente Harry Harootunian e Hyun Ok Park. Endereço para correspondência: George Steinmetz, Departamento de Sociologia, Universidade de Michigan, 3508 LS&A Bldg., 500 S. Estado St., Ann Arbor, MI 48109.

6 Tradução, com permissão do autor, realizada por Thiago Duarte Pimentel, a partir do original: STEINMETZ, George. *Odious Comparisons: Incommensurability, the Case Study, and “Small N’s” in Sociology*. *Sociological Theory*, 22:3 September 2004. © American Sociological Association. 1307 New York Avenue NW, Washington, DC 20005-4701.

7 [Nota original n. 4] Eu discuto a refundação epistemológica da sociologia norte-americana no pós-guerra em mais detalhe em Steinmetz (no prelo a).

(Lyotard 1988) é focada no nível de eventos, enquanto os argumentos para categorias analíticas geograficamente específicas (por exemplo, Marriott 1990; Chakrabarty 2000) são tipicamente localizadas no nível de mecanismos causais.

Neste artigo, primeiro reviso o ponto de vista prático/filosófico a partir do qual o estudo de caso foi geralmente rejeitado como não explicativo e, portanto, como não científico. Essa posição, que caracterizo como positivismo metodológico, dominou o campo sociológico nos Estados Unidos por quase meio século, definindo em grande parte o que conta como “capital científico” (embora sua preeminência tenha começado a diminuir nos últimos anos⁹). Ao criticar o positivismo metodológico da sociologia, esta seção também esboça uma alternativa baseada na filosofia realista crítica da ciência¹⁰.

Em seguida, examino as visões positivistas de comparação e do estudo de caso. Apesar de alguns dos positivistas metodológicos rejeitarem as comparações com amostras pequenas como intrinsecamente inferiores e não-científicas (Liebersohn 1991, 1994), a sociologia qualitativa contemporânea tem sua própria versão interna do positivismo, que entende a comparação com amostras pequenas como permitindo pesquisa qualitativa atingir um grau de (o que é interpretado como) cientificidade (King, Keohane e Verba, 1994; Mahoney e Rueschemeyer 2002). O realismo crítico revela as deficiências desses argumentos contra comparações com amostras

pequenas e estudos de caso.

A próxima seção se volta para um conjunto mais difícil de objeções à comparação, organizada em torno dos conceitos de incomensurabilidade, a singularidade dos eventos e a impossibilidade de tradução. Essas objeções, enraizadas de várias maneiras no Romantismo, na linguística estruturalista, na teoria pós-estruturalista e pós-colonial e na reflexão histórica sobre o Holocausto, assumiram maior significado dentro da sociologia, nos últimos anos, à medida que o campo se expõe cada vez mais às mudanças macrossociais das condições de produção de conhecimento (Steinmetz, no prelo a). Eu rejeito alguns desses argumentos ao tentar mostrar que os outros são compatíveis com uma compreensão realista crítica da comparação.

Então eu proponho uma explicação realista crítica da comparação. Como o positivismo, o realismo crítico sugere que a comparação é uma parte indispensável de qualquer ciência social. Contra o entendimento positivista, entretanto, a comparação não pode ser entendida como o único estilo legítimo de pesquisa; estudos de caso e trabalho teórico explícito são partes igualmente essenciais de qualquer ciência social. Como alguns dos argumentos para a incomensurabilidade, o realismo crítico reconhece que muitos eventos e processos sociais não podem ser incluídos em categorias gerais e comparativas; Auschwitz é talvez o melhor sinal deste meta-tipo do incomparável. Mas o realismo crítico insiste na diferença ontológica entre

8 [Nota do tradutor] Shoah é o termo da língua iídiche usado para definir o holocausto judeu. O historiador, Yosef H. Yerushalmi, afirma que a Shoah já engendrou mais pesquisas que qualquer acontecimento da história judaica. (...) “Uma das políticas ou estratégias do esquecimento é, segundo Lyotard, construir monumentos recordatórios. Materializada, a memória corre o risco de abandonar seu trabalho de recriação permanente e silenciar o arquivo. O silêncio não é uma mera ausência, mas um ato de escapar à responsabilidade de manter a memória que sustenta o mundo, afirma Héctor Schmucler. Esquecimento, memória e responsabilidade se interpenetram e formam, dessa maneira, uma tríade que edifica e mantém a condição humana.” (Nascimento, 2007, p.9; 4). [Cf. Nascimento, Lyslei. O museu, a Shoah e a cena da rememoração. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007].

9 [Nota original n. 5]. Para a noção de capital científico, ver Bourdieu (2001: 110, 122 e 1975). Sobre o domínio do pós-guerra no campo sociológico americano pelo positivismo, ver Smelser (1986); Turner e Turner (1990). O mesmo, o que pode ser discutível, é verdade da ciência política americana, ver Hauptmann 2005; Mihic, Engelmann e Wingrove 2005).

10 [Nota original n. 6] Dentro dos limites espaciais deste artigo, só posso apresentar os aspectos do realismo crítico que são relevantes diretamente aos temas de comparação, estudos de caso e incomensurabilidade. Referências para os leitores são as obras de Bhaskar (1979, 1986, 1997) e Collier (1994, 2005) que dão conta das fundações do realismo crítico; Archer etc. (1998) para uma visão geral do trabalho atual nesta área; Steinmetz (1998) discute a possível relevância do realismo crítico à sociologia histórica. O único tratamento realista crítico sobre o desenvolvimento social comparativo na pesquisa que eu encontrei é por Lawson (1998, 1999), cujos pontos de vista são discutidos abaixo.

eventos e mecanismos e sobre a onipresença da determinação contingente, não recorrente, conjuntural de eventos dentro de sistemas abertos como o social. Isso significa que mesmo eventos incomparáveis no nível fenomenal ainda podem ser passíveis de explicação em termos de uma conjuntura de causalidade de mecanismos gerativos. (Por extensão, uma sequência de eventos únicos pode ser explicada em termos de uma sequência de conjunturas de mecanismos). O reconhecimento das peculiaridades ontológicas do social ajuda a esclarecer o papel inestimável de estudos de caso e narrativas, juntamente com pequenas comparações e teoria social, todas desenvolvendo em autonomia parcial da pesquisa empírica dentro do conjunto geral de formas de atividade sociológica.

O realismo crítico faz sentido na distinção entre dois tipos de atividades de comparação que muitas vezes são confundidas ou tomadas em confluência em discussões sociológicas: comparação através de mecanismos causais generativos e comparação entre eventos empíricos. A seção final deste artigo ilustra essa diferença com um breve exemplo da minha pesquisa própria sobre pré-colonialidade alemã e formação do estado colonial.

A persistência assombrosa do positivismo na sociologia e nas outras ciências sociais

A sociologia americana tem sido dominada há muito tempo por uma posição epistemológica, ontológica e metodológica que pode ser resumida como positivismo metodológico. O predomínio dessa formação na sociologia não implica hegemonia em um forte sentido Gramsciano.

Refiro-me, em vez disso, à maneira como os atores dentro do campo sociológico tenderam a reconhecer o capital científico como resultado especialmente das posições metodologicamente positivistas¹¹. A dominação do campo da sociologia americana pelo positivismo metodológico foi o resultado de uma conjuntura sobredeterminada das forças internas e externas à disciplina durante o período pós-guerra. A mais importante das condições externas estava relacionada com o emergente modo de regulação Fordista nos Estados Unidos. As regularidades políticas, culturais, sociais e econômicas do fordismo do pós-guerra ressonaram poderosamente com a epistemologia social positivista, fortalecendo a mão dos positivistas mais explícitos ao orientar outros sociólogos epistemologias espontâneas em sua direção (Steinmetz no prelo a, no prelo b; Steinmetz e Chae 2002). As mesmas posições foram promovidas dentro da disciplina pela articulação da teoria “grandiosa” de Parsons (a qual, em muitos aspectos, era anti ou não-positivista) com as exigências da epistemologia positivista e uma visão de metodologia enquadrada como naturalismo cientificista¹². E como Turner e Turner (1990) mostraram, a circulação de um conjunto de atores dentro e fora do campo e entre os departamentos de sociologia, centros de pesquisa independentes e ramos específicos do Estado, desempenhou um papel central nesta consolidação metodológica. Prioridades de financiamento obviamente desempenharam também um papel fundamental (Kleinman, 1995; Ross, 1991).

A prevalência do positivismo metodológico foi especialmente pronunciada entre os anos 1950 e meados da década de 1970. Desde então,

11 [Nota original n. 7] Ver Bourdieu (1977) para uma discussão sobre doxa, ortodoxia e heterodoxia; e Bourdieu (2001) para uma discussão dos conceitos de capital simbólico, habitus, campo e as características específicas da disciplina da sociologia como campo (na França). A ênfase de Bourdieu na dialética do *reconhecimento* mútuo do (cultural) capital simbólico é uma das muitas características de sua teoria que o distingue dos modelos utilitários de capital. A ênfase de Bourdieu nas maneiras pelas quais as posições dominadas dentro de um campo podem ser substancialmente diferentemente dos dominantes, enquanto contribuem para a reprodução de seus próprios modelos de capital, a dominação rompe com o foco (neo)Gramsciano no *conteúdo* da ideologia [itálicos no original].

12 [Nota original n. 8] Um papel fundamental nesta tradução da teoria antipositivista em uma forma compatível com uma positivista, uma visão naturalista da sociologia foi interpretada pela *triade capitoline* (Bourdieu 2001: 198) de Parsons, Merton e Lazarsfeld. Gouldner ocupou uma posição complexa e evolutiva vis-à-vis sua formação metodologicamente positivista; veja Steinmetz e Chae (2002). (Em Parsons, ver especialmente as contribuições de Camic (por exemplo, 1987, 1989) e Alexander 1982-1983, vol. 4).

perdeu parte de seu poder irresistível, por razões macrossociológicas e intradisciplinares que não podem ser discutidas aqui com nenhum detalhe. Muitos dos padrões de nível social que reforçavam as epistemologias sociais positivistas desapareceram com o fim do fordismo. Mas forças internas à disciplina e ao habitus de sociólogos prolongaram a vida do positivismo “artificialmente”. Se o positivismo não é mais “doxa”, ainda é pelo menos “ortodoxa” em muitos cantos influentes da disciplina¹³.

As definições de capital científico do campo sociológico americano em termos filosóficos têm várias vantagens para uma análise histórica. Primeiro de tudo, o *positivismo* é um dos mais multivalentes e significantes (ver Despy-Meyer e Devriese 1999: 95-143). Isto é especialmente verdadeiro na sociologia, onde as discussões sobre o positivismo têm geralmente focalizado nos pontos de vista de August Comte, em vez de influências filosóficas mais determinantes (Comte 1975; Halfpenny 1982; Scharff 1995). Mais importante que Comte na sociologia americana do século XX têm sido as posições epistemológicas associadas com nomes como Ernst Mach, Karl Pearson, Rudolf Carnap, Karl Popper e Ernest Nagel, e, durante o período chave da reconstrução epistemológica do pós-guerra, defensores sociológicos do positivismo como Lundberg (1939) e Lazarsfeld (ver Mills 1959: 59-66)¹⁴. A definição do positivismo

metodológico de forma analítica também nos permite distinguir entre as descrições sociais explícitas dos cientistas sobre sua própria posição – seus projetos manifestos – e aos pressupostos latentes expressos em seus textos e outros tipos de atividades. Como Kuhn ([1962] 1970) apontou a socialização dos cientistas em seus mais profundos compromissos epistemológicos e ontológicos é predominantemente um processo implícito, embutido no treinamento prático. Isso significa que os cientistas geralmente não são totalmente conscientes de seus próprios posicionamentos de problemas epistemológicos. O principal lugar para a comunicação da ortodoxia positivista na sociologia aos alunos têm sido introdução da estatística e o treinamento de métodos de pesquisa (por exemplo, Blalock 1964; Hanushek e Jackson 1977)¹⁵.

Definir filosoficamente o positivismo também nos permite evitar usar o termo como um epíteto e reconhecer o positivismo como uma tradição bem estabelecida (ver Giere e Richardson 1996; Stinchcombe 1996; Turner 1993). Endossos explícitos do positivismo, em qualquer caso, são muito raros entre os sociólogos contemporâneos, sugerindo que, mesmo que ainda seja poderoso, agora aparece sob novas formas. Uma definição precisa do positivismo metodológico permite, finalmente, dar sentido a alguns dos argumentos favoráveis e contrários a comparações com amostras pequenas e estudos de caso único, que

13 [Nota original n. 9] Um revisor anônimo deste artigo sentiu que “a caracterização do método metodológico dominante na perspectiva da disciplina” era um “homem de palha”. Minha caracterização da ascensão ao domínio dessa posição epistemológica nos anos 50 e 60 e dos desafios do positivismo metodológico no final dos anos 1960 é baseado em pesquisas históricas, bem como duas décadas de participação em vários departamentos de sociologia dos EUA. O positivismo metodológico pode parecer quimérico pelas mesmas razões que outras posições ideológicas dominantes que são invisíveis para aqueles que lucram com eles (ou para aqueles que se ajustam à sua própria dominação, desenvolvendo um “gosto pela necessidade”). Talvez valha a pena ressaltar que as percepções do status atual do positivismo variam enormemente de um sociólogo para outro, mesmo entre os críticos, ressaltando o caráter instável do período presente. Bourdieu (2001) e Freitag (2001), por exemplo, alegaram detectar uma hegemonia contínua do positivismo dentro da sociologia, enquanto Gouldner sentiu que a posição que ele chamou de “positivismo” já estava diminuindo no final da década de 1960 (Gouldner 1970), e Flacks (1989) acreditavam que havia desaparecido no final da década de 1980.

14 [Nota original n. 10] Abbott (2005) argumenta que a compreensão de Lazarsfeld da temporalidade fez ruir de forma considerável os entendimentos positivistas de conjunções “se A e depois B”. Eu estou sugerindo que cada um desses teóricos contribuiu com elementos específicos para a reconfiguração epistemológica global na sociologia americana, no entanto, isso não significa que cada um deles aceitasse o pacote com um todo. Também vale a pena notar que Mills (1959) pinta um quadro muito diferente do impacto epistemológico de Lazarsfeld na sociologia americana. Talvez isso explique a diferença entre os projetos manifestos e latentes de Lazarsfeld e as heterogeneidades na textura geral do seu trabalho.

15 [Nota original n. 11] Outros textos importantes da década de 1960 e início da década de 1970 são citados em Gartrell e Gartrell (1996: 144); para discussão crítica de Blalock, ver Miller (1987: 240-41, nota 11).

é o meu principal objetivo aqui.

O positivismo metodológico é um amálgama de três componentes principais: ontologia empirista, epistemologia positivista e naturalismo cientificista¹⁶. O primeiro deles compreende um conjunto de pressupostos *ontológicos* sobre a natureza da realidade social, objetos e causalidade. Intimamente articulados com estas fundações ontológicas são um conjunto de preceitos *epistemológicos* sobre o modo como os fatos sociais podem ser conhecidos. O terceiro componente do positivismo metodológico é uma compreensão científico-naturalista da unidade das ciências sociais e das ciências naturais, com importantes implicações para a ontologia, epistemologia e métodos. Métodos de pesquisa, no sentido mais restrito, são limitados e selecionados por esses três conjuntos básicos de pressuposições. Ligados mais frouxamente a estes quatro componentes, mas ainda importantes, são gostos e orientações sobre a apresentação da pesquisa sociológica.

O empirismo é uma posição *ontológica* que postula que “não existe diferença real entre ‘essência’ e ‘fenômeno’” (Kolakowski, 1968: 1968: 3; ver também francês). 1989). Ele rejeita a invocação de entidades teóricas, abstratas e inobserváveis. Bhaskar (1997: cap. 2) chama isso de proscricão na “atualismo” de profundidade ontológica; Kolakowski ([1966] 1968) chamou de “fenomenalismo”. O empirismo sugere que os mecanismos - *explanans* - estão localizados no mesmo nível fenomenal da realidade seu *explanandum* (Hempel e Oppenheimer 1948) e essa realidade, ou pelo menos qualquer realidade que possa ser falada de maneira útil, é observável por meio de tecnologias de observação (Miller 1987: 359-63). Como Collier (1994: 7) aponta, o empirismo nas ciências sociais é expresso mais frequentemente como um vago “atualismo”, isto é, uma posição negando a existência, plausibilidade ou utilidade de conceber “estruturas subjacentes que determinam” (...) “eventos e, em vez disso,

localiza a sucessão de causa e efeito no nível dos eventos”. É importante não confundir pesquisa empírica com empirismo; realismo crítico favorece fortemente pesquisa empírica, mas sem reduzir a ciência (social) ao nível empírico, estritamente observacional (ver Pawson 1989: cap. 5).

Os fundadores da sociologia americana, como Franklin Giddings, se basearam no argumento de Mach de que a ciência deve ser baseada em impressões sensoriais (Bannister 1987: 72-73; Ross 1991: 227; Toulmin 1969: 33-35). A “Gramática da Ciência” [*The Grammar of Science*] de Pearson (1892), que foi adotada por muitos da primeira geração de sociólogos americanos em sua autotransformação de reformadores e evolucionistas sociais em técnicos sociais (Bannister 1987: 151; Levine 1996; Pearson 1892), reproduziu o esboço de Mach da visão de dentro da cabeça do cientista, olhando para o mundo (Figura 1). Isso proporcionou ícone direto para o argumento empirista clássico (por exemplo, Locke [1689] 1997: 109) de que o conhecimento é construído diretamente na experiência sensorial.

Figura 1. O bigode empirista.



Fonte: Pearson (1892).

Entretanto, o empirismo não abrange

16 Nota original n. 12] Este quadro também tem sido tipicamente ligado a técnicas de pesquisa específicas, especialmente, mas não é de modo algum limitado a esses. Veja Layder (1988) para uma discussão interessante sobre as “Interdependências” entre métodos específicos, epistemologias e discursos teóricos.

necessariamente conceitos específicos de causalidade. É por isso que temos que distinguir entre o empirismo como uma posição dentro da *ontologia* e o positivismo como uma posição dentro da *epistemologia*. De fato, Foucault (1972: 162) e outros pós-estruturalistas, por vezes, convergem com versões mais antigas do empirismo em suas proscricções da “hermenêutica profunda” (ver também De Certeau 1984: 59; Nancy 2000), além disso, eles não abraçam uma insistência epistemológica positivista em leis gerais.

Atualismo pode ser contrastado com o *realismo profundo* (Peirce 1931-1932; Sokolowski 1997; Archer et al. 1998), que começa a partir de uma imagem verticalmente estratificada da realidade. O realismo é simplesmente a posição de que a realidade existe independentemente dos nossos sentidos ou das nossas descrições da realidade. Isso significa que muitas formas familiares de realismo são versões empiristas dele ou então são indiferentes à questão da estratificação ontológica¹⁷.

A estratificação ontológica entre os níveis do empírico e do real permite disjunção entre mecanismos causais subjacentes e fenômenos observáveis. O realismo profundo também permite uma estratificação horizontal, uma diversificação de estruturas, sugerindo que uma multiplicidade de mecanismos tipicamente se combinará em formas conjunturais [situacionais] de produzir qualquer evento dado (Bhaskar 1986: 110). A ontologia realista crítica também engloba uma teoria da *emergência* de níveis ontológicos e esboça os lineamentos básicos de uma ontologia especificamente social, organizada em torno da diferença entre agentes humanos e estruturas sociais e das diferenças entre mecanismos sociais e naturais - especificamente, o tempo, espaço, conceito e dependência prática em relação ao primeiro (ver Bhaskar 1979 e discussão a seguir).

O positivismo é distinto do empirismo, mesmo que as duas posições tenham algumas origens e frequentemente aparecem juntos. Como Harding (1999: 132) aponta, epistemologias e ontologias não implicam inexoravelmente uma a outra, mesmo que pares estejam “intimamente entrelaçados”. O positivismo é mais bem interpretado como uma posição dentro da epistemologia, ao invés de ontologia, que insiste em que as explicações científicas a forma geral de declarações “se A e depois B” (ou versões mais elaboradas dessas “Conjunções Constantes de Eventos” Humeanos; veja Hume [1748] 1975: 76). A invariância causal de tais pressuposições pode ser combinada com uma ontologia *attualista* [fenomênica]. Mas também é possível romper com o empirismo e manter a regra da invariância, como desde que os mecanismos causais subjacentes relevantes, ou *explanans*, sejam uniformes todas as instâncias de um determinado *explanandum*. Esse tipo de positivismo realista (ou realismo positivista) pode ser encontrado, por exemplo, em versões do marxismo ortodoxo que postulam causa subjacente unitária de todos os casos de um dado evento empírico. E como Somers (1998) argumentou convincentemente, essa abordagem também é característica dessas escolhas racionais abordagens que são realistas sobre a ontologia, mas positivistas sobre a epistemologia. Este especificamente diz respeito às versões da teoria da escolha racional que postulam um assunto operando dentro do “sujeito-médio puro universal da razão teórica” (Freitag 2001: 10) e que deduzem (ou prediz) decisões específicas de interações entre sujeitos racionais e as estruturas restritivas de opções de escolha ou jogos¹⁸.

O terceiro componente do positivismo metodológico é uma versão forte do naturalismo científico. O naturalismo, neste contexto, refere-se ao pressuposto filosófico de que o mundo

17 [Nota original n. 13] Quando Rorty (1979) e Putnam (1975) discutem o realismo, por exemplo, eles parecem se referir ao que eu estou chamando de realismo empirista ou mais geralmente à crença na existência intransitiva de objetos de conhecimento; A definição de realismo de Quine (1960: 233-38) como a crença em “universais abstratos” se aproxima mais do realismo crítico.

18 [Nota original n. 14] É claro que muitos teóricos da escolha racional não são realistas sobre o conceito de racionalidade humana, mas o descrevem como uma ficção heurística; veja Friedmann (1953).

social pode ser estudado da mesma maneira que o natural. O *cientificismo* é a variante mais rigorosa do naturalismo que reivindica uma unidade completa entre o natural e ciências sociais (Bhaskar 1994: 89). O cientificismo, portanto, está intimamente ligado aos pressupostos sobre ontologia e epistemologia, mas tem implicações adicionais para o método sociológico e o desenho de pesquisa. Especificamente, o cientificismo na sociologia americana do pós-guerra implicou na visão de que as ciências humanas não deviam diferir de significativamente das ciências naturais. Devido ao lugar central da quantificação, conjuntos de dados em larga escala, experimentos, e previsão nas ciências naturais, assumiu-se que estes requisitos eram objetivos apropriados e plausíveis para a sociologia. Os dados e métodos qualitativos são, naturalmente, também compatíveis com positivismo e empirismo. Mas no conjunto realmente existente de regras, a “matriz disciplinar” (Kuhn 1977) que compõe a versão sociológica do positivismo metodológico, a pesquisa quantitativa em grandes conjuntos de dados foi preferida até mesmo em relação à experimentação¹⁹. A convergência cientificista na sociologia resultou do prestígio da física e das outras ciências matematizadas (incluindo a economia) em ambos momentos: tanto no momento da fundação da disciplina, quanto especialmente na conjuntura da refundação da sociologia após a II Guerra Mundial (veja, por exemplo, Hauser 1946)²⁰. A mudança, no pós-guerra, rumo a uma ênfase mais voltada para o treinamento mais técnico em estatística significava que, quando os sociólogos se engajaram

no debate epistemológico; eles frequentemente derivaram suas posições filosóficas da metodologia estatística (por exemplo, Lieberman 1994: 1227). (Na primeira metade do século XX, pelo contrário, os procedimentos técnicos eram muitas vezes derivados, ou pelo menos foram defendidos em termos de programas filosóficos explícitos (por exemplo, Lundberg 1939).) O privilégio da análise estatística de grandes conjuntos de dados tem sido outra fonte de críticas aos estudos de caso. Como veremos neste artigo, alguns pesquisadores sociais qualitativos com amostras pequenas responderam com simulacros de métodos estatísticos que ainda são cientificistas e positivistas (por exemplo, King, Keohane e Verba 1994; Skocpol 1984).

O cientificismo tinha três implicações cruciais para as percepções dos sociólogos sobre ontologia. O cientificismo milita contra o reconhecimento do tempo, espaço e conceito dependência de estruturas e práticas sociais. Primeiro, variação geoespacial e transformações históricas nas estruturas sociais tendem a ser ignoradas ou subestimadas. Por exemplo, Skocpol (1984: 378) escreveu que o objetivo da pesquisa histórica comparativa era “identificar configurações causais *invariantes*” (ênfase minha). Esta orientação para leis invariantes ou universais refletem, em parte, a imitação sociológica em relação às ciências [naturais]. Afinal, mecanismos causais na natureza mudam muito mais lentamente do que em relação aos [mecanismos] sociais, quando não deixam de apresentar variação [significativa] de um local para o outro²¹. A extensão cientificista de categorias no tempo

19 [Nota original n. 15] Ver Breslau (1998) para um estudo de caso revelador da competição entre econometristas e experimentalistas pelo controle de uma arena.

20 [Nota original n. 16] A preferência pelos métodos estatísticos sobre a experimentação também teve a ver com o fato de que é um sistema aberto e não fechado. Essa abertura é responsável pela implausibilidade da experiência, o fechamento das ciências sociais, ou seja, a impossibilidade de bloquear a efetividade de todos os mecanismos causais, outros que não sejam de interesse teórico. Isso torna a experimentação *stricto sensu* impossível na ciência social - um fato que parece ter sido reconhecido nas ciências sociais, como indexado pelo menor prestígio de experimentos.

21 [Nota original n. 17] Na medida em que os sociólogos têm discutido as chamadas “condições de escopo”, eles reconheceram a dependência do tempo. Ao contrário da noção de “*path dependency*”, que só faz sentido se certos processos não são sobredeterminados conjuntamente, o conceito de condições de escopo não implica que os processos sociais geralmente tenham configurações causais padrão a partir das quais os desvios podem ser medidos. Mas, alguns escritores também combinam a ideia de condições de escopo com um “falsificacionismo” neopositivista (ver Walker e Cohen 1985). As condições do escopo devem referir-se adequadamente aos mecanismos causais subjacentes. Mas a expressão desses mecanismos pode ser suprimida, tornando a falsificação um teste enganoso.

e no espaço, do Ocidente contemporâneo em direção ao não-ocidente e ao passado histórico, também foi enraizada na estrutura assimétrica do sistema capitalista mundial, a dinâmica do imperialismo e do colonialismo e os pressupostos do universalismo²².

A *dependência conceitual* refere-se à afirmação de que as práticas humanas e as estruturas sociais “não existem independentemente das concepções dos agentes sobre o que estão fazendo atividade” (Bhaskar 1979: 48). A dependência conceitual, portanto, pode ser resumida como dependência da prática humana em sistemas de “significado” ou “significação”. Hacking (1999) fala da mesma forma dos efeitos em looping das classificações teóricas sobre realidades. As práticas sociais, em outras palavras, não são “fatos brutos” (Taylor 1975: cap. 3, 1979). Todas as formas de análise social, incluindo comparações de amostras pequenas, são muito mais simples se podemos dispensar o passo de entender como as pessoas que estudamos definem mundo social. Vale a pena notar aqui que o realismo crítico está disposto a implementar conceitos teóricos que não mapeiam em nada nas visões de mundo *conscientes* dos sujeitos estudados e, portanto, é assim distinto de algumas versões da sociologia interpretativa. Mas mesmo se a análise social vai além dos significados conscientes ou expressos, os últimos são pontos de entrada necessários, como ilustrado pela psicanálise de sintomas manifestos ou conteúdo dos sonhos, a fim de descobrir o sentido latente. Interpretação é um passo essencial a fim de entender se as práticas empíricas que estamos tentando explicar são piscadelas, tremores, falsas contrações ou piscadelas falsas que sinalizam outra coisa diferente do sentido habitual (Geertz 1973: 6-7). Sem levar em conta as dimensões significantes das práticas sociais, nós literalmente não seremos capazes de saber que tipo de práticas está sendo comparando (por exemplo, se são iguais ou

diferentes).

Mas como escritores como Blumer (1956: 686), Mills (1959) e Shils (1948) já haviam apontando nas décadas de 1940 e 1950, a sociologia dominante adota a premissa oposta suposição: *independência de conceitual*. Processos sociais foram construídos como conexões entre ‘variáveis’ semelhantes a coisas. “Os sociólogos falaram com aprovação sobre as que a pesquisa social poderia informar a política (Freitag 2001: 19-20), e isso tipicamente contava com uma visão de políticas como dependentes de ‘intransitivamente’ leis”²³. A consciência dos efeitos de “looping” se insinuou na psicologia social e na pesquisa sob o pretexto de questões técnicas, como a discussão de “entrevistador efeitos”. O positivismo metodológico não reconheceu, no entanto, que todas as realidades sociais supostamente intransitivas que estudamos são potencialmente co-determinadas pelas Ciências Sociais.

Não há nada de intrinsecamente positivista no postulado da independência conceitual. Em vez disso, a insistência em tratar os fatos sociais de modo semelhante a “coisas” [objetos naturais] fluiu a partir da suposição *cientificista* de que devido ao fato de os objetos naturais poderem ser estudados como coisas materiais sem uma criação cultural, o mesmo deveria ser verdade para as práticas humanas. A capacidade da sociologia de ignorar problemas de dependência conceitual foi auxiliada pelo fato de que a maioria dos fenômenos naturais, de fato, não é conceitualmente dependente, da mesma forma como os fenômenos humanos. Como Hacking (1999: 32) observa, quarks “não formam um tipo interativo; a ideia de o quark não interage com quarks”; eles “não estão cientes de que são quarks e não são alterados simplesmente por serem classificados como quarks”. O postulado da independência conceitual foi também favorecido pela suspeita empirista de conceitos teóricos e

22 [Nota original n. 18] Ver Comissão Gulbenkian (1996) e Chakrabarty (2000); e para uma crítica conservadora do universalismo, Huntington (1996).

23 [Nota original n. 19] O uso do termo *intransitivo* por Bhaskar neste contexto tem como raciocínio subjacente a ideia do verbo intransitivo, que não precisa de um objeto; similarmente, a existência de um objeto “intransitivo” não depende de um sujeito humano.

inobserváveis como significado, pensamento, significação ou habitus. Posições em torno do naturalismo / cientificismo são relativamente autônomas de postulados ontológicos e epistemológicos específicos, assim como os últimos são analiticamente distintos um do outro.

Outra dimensão do cientificismo sociológico foi sua tentativa de banir os “valores” da sociologia. A distinção entre fato-valor foi consagrada em alguns das primeiras declarações da missão da sociologia (Weber 1949; ver também Poincaré 1913: 347-52) e então foi reafirmado na sociologia americana pós-Segunda Guerra Mundial e durante mais tarde períodos de inquietação político-epistemológica²⁴. Como Habermas (1971: 73) observou, o positivismo colocou o “progresso técnico-científico” em si “no lugar do sujeito epistemológico”. Um meta-valor foi assim consagrado: a injunção de que a ciência tecnicamente utilizável e preditiva, com valores normativos entrando apenas na escolha de tópicos, mas não moldar a forma como os objetos sociais deveriam ser vistos e analisados. Contra esse objetivismo “*aperspectival*” [sem perspectivismo] dominante (Daston, 1992), sociólogos como Bourdieu (1981: 258) insistiram que o “campo científico em si produz e pressupõe uma forma específica de interesse” - um interesse que impede ativamente a ciência de ser “desinteressada”. Freitag (2001: 24) caracteriza a própria ciência social moderna (juntamente com o mito, a religião, a doutrina da Razão Universal e os pós-modernismo) como um esforço ideológico para negar a inerente normatividade da vida social e argumenta que as ciências sociais deveriam se engajar em uma “reflexão crítica”, reconstituição da normatividade positiva, entendida como uma base ontológica na dimensão de toda a “existência humana” (ver também Nancy 2000). Alternativas ao pressuposto da neutralidade axiológica incluem o reconhecimento de que os

valores “permeiem as práticas de investigação científica (sistemática e empírica)” (Lacey 1999: 259); a análise sistemática dos interesses constitutivos do conhecimento dos cientistas sociais e das maneiras pelas quais as descrições de estados sociais podem legitimar ou mesmo ajudar a constituir esses assuntos (Harding 1991); e exploração da possibilidade de maneiras não arbitrárias de derivar “valores e julgamentos práticos de uma explicação explicativa teorias sociais” (Bhaskar 1991: 145).

Eu uso o adjetivo “metodológico” para modificar o positivismo a fim de sinalizar que o cientificismo sociológico americano também teve implicações práticas e metodológicas (como no significado grego clássico de *métodos*). O positivismo não era apenas uma fantasia de desejo de filósofos ou metodologistas da poltrona²⁵. Em vez disso, foi incorporado dentro de uma matriz inteira de práticas científicas que faziam parte do *habitus* do sociólogo e uma condição de entrada no campo. Um exemplo do que quero dizer com o especificamente lado metodológico da formação positivista envolve o modo de apresentação de conhecimento sociológico. Supõe-se que a sociologia não deveria ser apresentada no formato de uma narrativa. Os únicos elementos não numéricos e não textuais eram tabelas, gráficos e similares; fotos, desenhos e outras formas de imaginário eram raras. A voz do autor tendia a ser subordinada à linguagem tecnicista ou ser submersa em longas listas de coautores. Outro exemplo de cientificismo sociológico tem sido a ideia expressa frequentemente segundo a qual a ciência envolve um movimento em direção à convergência final com seu objeto, uma resolução de “questões subjacentes” (isto é, mecanismos causais) e uma correspondência com teoria da verdade (por exemplo, Mahoney e Rueschemeyer 2002: 18). Não é tão natural que a ciência chegue a conclusões e correspondências

24 [Nota original n. 20] Um exemplo recente dessa reafirmação da neutralidade axiológica envolveu críticas a vínculos entre movimentos sociais e as pesquisas acadêmicas da Associação Nacional de Estudiosos [National Association of Scholars]; ver Coleman (1992). Sobre as condições políticas na Alemanha Wilhelmine que levaram à rápida convergência dos sociólogos alemães em torno de a doutrina da neutralidade axiológica (*Wertfreiheit*), ver Rammstedt (1988); para discussões críticas sobre a neutralidade axiológica do “positivismo”, de Weber, ver Hekman (1994) e Freitag (2001).

25 [N.T.] *armchair [methodologists]*: alguém que opina de forma categórica sobre assuntos dos quais sabe muito pouco ou não sabe nada.

muito importantes: como frequentemente se observou, o simples fato de uma mudança teórica maciça ao longo dos séculos passados imediatamente nos adverte contra quaisquer fantasias finalistas (ver Bhaskar [1975] 1997: cap. 4; Kuhn [1962] 1970; Rorty 1979). Mas os sociólogos costumam retornar a essa caricatura da ciência.

O positivismo metodológico, tal como definido aqui, surgiu como a posição de liderança dentro da sociologia americana entre os anos 1940 e meados da década de 1960, particularmente naqueles departamentos considerados líderes na disciplina (Smelser, 1986; Steinmetz, no prelo a, b). Essa colonização envolveu um agrupamento de vários componentes:

(1) *Ontologia empirista*, a crença de que a sociologia deve preocupar-se apenas com [coisas] observáveis;

(2) *Epistemologia positivista*, segundo a qual a sociologia deveria buscar leis invariantes ou “conjunções constantes de eventos” que ligam dois ou mais fenômenos (ou, numa variante realista-positivista mais ampla, ligando um mecanismo teórico/conceitual a eventos fenomênicos em uma conjunção universal do “se A, então B” tipo) e

(3) *Naturalismo cientificista*, que sustenta que a sociologia deveria modelar-se nas Ciências Naturais. O cientificismo tem várias implicações específicas:

(3a) Assume a *independência conceitual* dos mecanismos sociais, ou seja, a ideia que as estruturas sociais existem “independentemente das concepções dos agentes o que eles estão fazendo em sua atividade” (Bhaskar 1979: 48). A implicação metodológica é que a atividade hermenêutica ou interpretativa não é intrínseca a toda pesquisa social;

(3b) Assume de forma naturalizada a independência dos mecanismos sociais em relação às questões espaciais e temporais; isto é, assume que os mecanismos causais nas ciências sociais são como aquelas nas ciências naturais na medida em que são (praticamente) invariantes no tempo e no espaço;

(3c) Outro aspecto do cientificismo da

sociologia era sua autoimagem como uma espécie de *Hilfswissenschaft* [ciência auxiliar] para a indústria e o estado e aquele cujas explicações são axiologicamente neutras, mesmo quando sua seleção de problemas é determinada arbitrariamente pelo exterior (Caillé 1986: 55-56);

(3d) Uma preferência por grandes conjuntos de dados quantitativos e métodos estatísticos ou simulacro qualitativo do último e

(3e) Uma preferência por modos de apresentação “científicos” (não narrativo, não visual, apagamento da voz autoral e assim por diante).

Esta não é uma definição típica ideal. A combinação de positivismo, empirismo, e cientificismo é mais bem descrita como centro de gravidade do positivismo metodológico do que tomá-la como o seu denominador comum. Alguns dos elementos individuais podem ser removidos sem alterar fundamentalmente a lógica do todo. Diferentes elementos foram enfatizados em diferentes períodos, subcampos, departamentos e textos. O núcleo duro da formação, no entanto – aquilo que não pode ser subtraído sem efetuar uma mudança nele – é epistemologia positivista em si, daí a minha inclusão da palavra positivismo em nome da formação composta e minha referência abreviada a isso como uma posição *epistemológica*. Somente os pressupostos da independência dos mecanismos *espaço-temporais* parecem tão centrais quanto à noção positivista de conjunções constantes. Em contraste, os sociólogos podem romper com o empirismo e com os métodos quantitativos, e até mesmo com o pressuposto de independência conceitual, e, ainda assim, podem permanecer positivistas, como temos visto com a “domesticação” da sociologia histórica (Calhoun, 1996) e a contenção parcial de outras transformações críticas na sociologia desde a década de 1960, incluindo o marxismo, feminismo e a sociologia cultural (Steinmetz no prelo a; b). Apesar desses diferentes acentos, no entanto, todas as posições dominantes na sociologia americana durante o longo período pós-guerra tiveram fortes semelhanças familiares

umas com as outras no nível de epistemologia.

Críticas positivistas à comparação com amostras pequenas e estudos de caso

As concepções positivistas de comparação têm sido influenciadas pelo pressuposto cientificista de que os mecanismos gerativos causais são invariantes ao longo do tempo e do espaço. Debaixo deste pressuposto, a pesquisa histórica pode ser interpretada como apenas mais uma forma de pesquisa comparativa transversal²⁶. Então, é sempre legítimo aplicar conceitos universalmente transversais através de divisões espaço culturais. Como Connell (1997) e Stoler (2001) apontam, a pesquisa comparativa de ciências sociais no século XIX frequentemente refletia um contexto do colonialismo e da escravidão. A comparação social clássica estava enraizada na negação da relação alocrônica da covalência (Fabian 1983) - isto é, da contemporaneidade dos povos colonizado, subalternos e periféricos. Os mesmos conceitos teóricos foram usados para explicar processos sociais em periferias e metrópoles (ver, por exemplo, Durkheim 1915; Forster [1778] 1996), e os não ocidentais colonizados foram considerados simplesmente como tendo “menos” desses conceitos - menos civilização, menos modernidade, menos desenvolvimento e assim adiante. Se os mecanismos gerativos não podem variar no espaço, a pesquisa comparativa pode procurar diferenças e semelhanças apenas no nível de “resultados” ou “eventos”. Como um resultado, há pouco interesse em perguntar se é ontologicamente legítimo aplicar categorias como democracia, sociedade civil, gênero, raça ou classe em contextos não ocidentais (voltarei a este problema na próxima seção). O realismo crítico, pelo contrário, insiste sobre a variabilidade das

estruturas sócio-causais no tempo e no espaço e, portanto, rejeita suposição de que os padrões sociais são universais²⁷.

O domínio do positivismo metodológico na sociologia e na ciência política tem significado que as pesquisas *qualitativas* “científicas” (ou “analíticas”) tais como aquelas que tem vindo a ser identificadas como comparativas. Mahoney e Rueschemeyer (2002), por exemplo, definem pesquisa que eles chamam de *análise histórico-comparativa*, marcando uma distância daquelas que seriam meramente de sociologia histórica. Os autores endossam *análise macro-causal*, como definida por Skocpol e Somers (1980), uma posição que define a explicação envolvendo relações constantes de dependência entre (grupos de) fatores causais determinados e resultados específicos (ver também King, Keohane e Verba, 1994; Orloff e Skocpol, 1984). Mahoney e Rueschemeyer (2002: 1917) estão especialmente interessados em distanciar a análise histórica comparativa de meros estudos de caso ou estudos de pesquisa “*idiográficas*” (sic). Para o *mainstream* da sociologia positivista, o único tipo de pesquisa qualitativa que merece ser chamado de científico é um tipo muito particular de análise comparativa. Desde que o estudo de caso se centra quase inevitavelmente numa conjuntura complexa e sobredeterminada de processos causais, bem como eventos ou processos a serem explicados, é rejeitado por sociólogos positivistas.

Pode ser um choque, então, que nem mesmo os filósofos positivistas igualem a explicação à comparação. Para Popper ([1934] 1992: 59), “dar uma *explicação causal* de um evento significa deduzir uma afirmação que o descreve”, usando como premissas da dedução uma ou mais leis universais, mantidas juntas com certas afirmações singulares. Um único evento, em outras palavras,

26 [Nota original n. 21] De fato, alguns exemplos recentes de “sociologia histórica” trataram a história como uma fonte de casos e não como uma oportunidade para estudar a transformação das estruturas sociais ou os efeitos dos mecanismos diferentes daqueles que operam no presente (ver Calhoun 1996; Sewell 1996).

27 [Nota original n. 22] Isso não significa que o realismo crítico negue a existência de qualquer e todas as características universais do ser humano, natureza ou sociedade; veja Lawson (1999). O que é rejeitado é a ideia de que qualquer estrutura causal, seja onipresente ou geo-historicamente variável, será relacionada de maneira universal a eventos empíricos.

pode ser explicado causalmente, para Popper. Da mesma forma, Nagel ([1961] 1979: 15) escreve que “explicações podem ser oferecidas para ocorrências individuais” e oferece um exemplo envolvendo um evento particular (552 passim). Explicação, em outras palavras, precisa ser distinguida da *lógica da justificação*. Nagel e Popper são ecoados por um grande grupo de filósofos que tentaram durante a década de 1960 traduzir em narrativas históricas em cadeias de eventos que foram explicados por leis mais gerais (Hempel 1966; Mandelbaum 1961). Por extensão, a mesma lógica seria válida para análises de vidas individuais (“biografias”) ou eventos, que poderiam ser desagregados em uma série de declarações causais discretas da variedade “se A, depois B”. As críticas sociológicas do estudo de caso, portanto, são mais “positivistas” do que as principais figuras na filosofia positivista da ciência. A adoção dessa postura, que é apenas aparentemente positivista, é uma função do cientificismo.

É claro que a genuína compreensão positivista de “explicação” não é a versão que eu estou defendendo neste artigo. O realismo crítico fornece uma refutação não positivista do “Método de Diferença e Concordância” de Millian, demonstrando que se baseia em uma epistemologia e ontologia social imperfeita²⁸. O método Millian pode ser primeiramente criticado por sua “variabilidade” empirista: ele não se preocupa com os poderes ou tendências de mecanismos causais subjacentes e está interessado apenas em correlações de indicadores. Mesmo se o método Millian for suplementado com uma ontologia realista, no entanto, ainda pode ser rejeitado por seu positivismo epistemológico, isto é, seu viés em direção a conjunções universais. A norma em sistemas abertos, como o sistema social, é mais dada às mudanças das constelações de mecanismos causais do que as

conjunturas universais. Em contraste a sistemas fechados artificialmente, como o experimento científico, ou sistemas naturalmente fechados como astronomia, eventos empíricos são sempre e necessariamente sobredeterminados por uma pluralidade de mecanismos de interação conjuntural.

Devido ao fato de que verdadeiras experiências não podem ser conduzidas nas ciências humanas, pesquisadores são compelidos a estudar constelações complexas e sobredeterminadas. Mecanismos Generativos ou estruturas têm que ser estudadas “na natureza”, por assim dizer, e para complicar as coisas ainda mais, eles geralmente aparecem em formas “impuras”, misturadas a outros mecanismos (Bhaskar 1986: 110). Os elementos que constituem constelações causais podem variar de caso a caso. E mesmo se encontrarmos padrões empíricos recorrentes, estes nunca poderão ser assumidos como universal ou a ser determinado pelo mesmo conjunto de mecanismos em cada caso. A comparação, portanto, pode se concentrar nos diferentes efeitos empíricos de um único mecanismo ou nas diferentes conjunturas que levam a resultados semelhantes. O modelo enfatizado pelo comparativismo positivista é aquele em que tanto a matriz de mecanismos causais e os resultados (positivos ou negativos) são os mesmos em todos os casos²⁹

O realismo crítico também distingue entre comparação, explicação e teoria e sugere que a explicação científica social não precisa necessariamente envolver comparação. De fato, as peculiaridades ontológicas da vida social significam que o “estudo de caso” é uma pré-condição para qualquer avaliação comparativa da teoria. É preciso enfatizar que a teoria e a explicação é tudo o que temos – o meio termo ontológico da “teoria de alcance médio” é quimérico (Steinmetz e Chae 2002; Steinmetz forthcoming b). Em um

28 [Nota original n. 23] Minhas ideias sobre os métodos de diferença e concordância foram desenvolvidas em parte em resposta a um artigo inédito de Baris Buyuyukokutan, “Revoluções, o método milenar e o realismo crítico” Universidade de Michigan, Departamento de Sociologia, Outono de 2002.

29 [Nota original n. 24] Em outras palavras, até mesmo o Método Millian de Diferença se concentra em um único resultado. A “diferença” em questão refere-se apenas à presença ou ausência de um determinado resultado.

campo como psicanálise, por exemplo, o estudo de caso é tão importante quanto mais abstrato forem as intervenções teóricas para impulsionar o desenvolvimento teórico. Dentro da crítica literária, a interpretação de textos particulares é tão central para o desenvolvimento teórico como estudos comparativos (ou intervenções teóricas abstratas). Da mesma forma, o estudo de caso de um evento, processo ou comunidade social específico é uma parte tão importante quanto o empreendimento sociológico global como comparação ou reflexão teórica sustentada. A plausibilidade de um dado argumento teórico pode ser avaliada apenas pelos estudos de objetos empíricos, complexos e sobredeterminados (psicobiografias individuais particulares, práticas específicas e assim por diante). Os estudos de caso são, portanto, o bloco de construção indispensável para toda a sociologia.

Isso não significa que os estudos de caso sejam dados brutos “ideográficos” que aguardam processado por máquinas de teoria “nomotética”. Nos campos de ciências sociais dominados mais pelo positivismo, como sociologia e ciência política, no entanto, o estudo de caso foi rebaixado ao status de subalterno, com menos capital científico do que os estudos comparativos ou estudos quantitativos de grande amostra³⁰. Um sinal revelador disso é o uso continuado do termo *ideográfico*, um sobrevivente teórico incoerente da metodologia alemã [German *Methodenstreit*] do século XIX, que atualmente é usado exclusivamente para designar um baixo capital científico para estudos de caso. Não estou objetando contra a distinção entre estudos comparativos e estudos de caso. O problema é que o *ideográfico* foi definido nos debates alemães do Século XIX como significado interpretativo e não explicativo. Estes adjetivos, portanto, automaticamente foram vinculados a qualquer pesquisa rotulada ideográfica. Mas um estudo de

caso (como uma análise interpretativa) pode ser totalmente explicativo, mesmo que não tenha se tenha um julgamento decisivo sobre a questão.

Ostermos *nomotético* e *ideográfico* [*nomothetic* and *idiographic*] estão tão bem inseridos dentro de uma falsa distinção entre generalização da ciência teórica explicativa e interpretação não explicativa individualizante, que eles provavelmente não podem ser resgatados pelas Ciências Sociais pós-positivistas. Se eles devem ser mantidos, no entanto, é importante explicação é necessariamente *ideográfica*, na medida em que o nosso único acesso a mecanismos causais é através do estudo de eventos particulares ou indivíduos específicos. Excluindo estudos de caso da ciência social significaria excluir a explicação da ciência social.

Objecções não positivas à comparação

Uma regra universal de julgamento entre gêneros heterogêneos está faltando em geral.

(Jean-François Lyotard 1988: xii)

Existe uma medida comum, que não é algum padrão único aplicado a todos e tudo mais. Isto é a comensurabilidade de incomensuráveis singularidades.

(Jean-Luc Nancy 2000: 75)

Embora o positivismo ainda seja dominante dentro da disciplina, os sociólogos também são cada vez mais confrontados com críticas de comparação baseadas principalmente em outros campos e centrado nos conceitos de *incomensurabilidade*, *tradução* e *incomparabilidade*. Essas objeções à comparação provêm de fontes díspares: (1) filosóficas, empirismo e nominalismo; (2) linguística saussuriana e worfiana, e mais amplamente da semiótica; (3) ideias românticas e kuhnianas a

30 [Nota original n. 25] Dizem-se que alguns dos principais exemplos de alternativas ao positivismo metodológico dentro da sociologia americana tem sido “estudos de caso”, a partir das etnografias clássicas da chamada Escola de Chicago (por exemplo, Shaw 1930 [1966]); estudos etnometodológicos de Garfinkel (1967) de “Agnes” e a análise marxista de Burawoy (1979) da produção de chão de fábrica em uma fábrica da região de Chicago. Outro exemplo interessante é Wallerstein (1974) que insiste em dizer que seu trabalho, como a astronomia, diz respeito a um único caso - o sistema mundial capitalista.

respeito da incomensurabilidade; (4) críticos da extensão das categorias culturais ocidentais ou europeias para o [mundo] não ocidental ou, mais geralmente, para [todos] os grupos sociais dominados; e (5) reflexão sobre a singularidade do holocausto³¹.

Críticas empiristas e nominalistas da comparação

Críticas *empiristas* a respeito da comparação têm um foco ontológico. Como já foi dito, os empiristas aceitam comparações entre observáveis. Mas eles recusam qualquer referência às causas subjacentes e, portanto, rejeitam a ideia de comensurabilidade através de “mecanismos gerativos”. A ideia de que dois fenômenos distintos podem ser comparados empiricamente porque eles têm a mesma fonte, portanto, é inaceitável. Um psicanalista, em contraste, pode sugerir que sonhos, tremores, escorregões da língua e outras parapraxias são causadas pelo mesmo conjunto de estruturas não observáveis e inconscientes. Como os empiristas, o pós-estruturalismo se opõe ao desenvolvimento teórico de mecanismos sobre o que são essencialmente motivos empiristas, rejeitando “metafísica profunda”, “hermenêutica da suspeita” e qualquer distinção entre aparências superficiais e subjacentes realidades (por exemplo, Nancy 2000: 52-55) e estigmatizando tais modelos como “ideológico e metafísico” (Jameson 1984: 61). Essa postura impede a comparação através de mecanismos causais.

Outra crítica relacionada à comparação assume uma forma *nominalista*. Esta abordagem argumenta que não estamos justificados na classificação de dois indivíduos ou grupos como exemplos de mesma coisa se eles se entenderem sob diferentes descrições. (Pela mesma medida,

o nominalismo sugere que devemos aceitar as autodefinições dos atores se eles se considerarem categoricamente idênticos). O nominalismo sociológico toma as autodefinições ou “pontos de vista” dos atores como ponto de partida e ponto final de análise (embora certamente não seja verdade de toda a “teoria do ponto de vista”)³². Uma comparação entre, digamos, o islamismo e o fundamentalismo protestante (ou positivistas e não positivistas nas ciências sociais), seria rejeitada por uma posição nominalista na medida em que os grupos em questão recusam essa definição de si mesmos.

O realismo crítico rejeita o nominalismo pelo seu atualismo. Para recordar a crítica de Kant e Locke, os nominalistas tornam *sensoriais* os conceitos comparativos de compreensão, interpretação como nada mais que conceitos empíricos³³. A crítica nominalista assume, de forma pouco convincente, os sujeitos são autotransparentes e autorreflexivos. Mesmo se certos “pontos de vista” sociais atuais apresentam *oportunidades para o conhecimento* (New, 1998), não há como garantir que aqueles que ocupam esses locais sociais aproveitem suas oportunidades cognitivas.

Críticas da Tradução

Um conjunto mais sério de críticas começa com Saussure que argumenta que os sinais sempre são definidos relacionalmente *vis-à-vis* a todos os outros signos dentro de um sistema linguístico ou *langue* e que as palavras não representam conceitos “fixos antecipadamente”, mas sim que elas esculpem diferenças conceituais de um campo de pensamento inicialmente amorfo, “caótico” (Saussure [1915] 1986: 114 110-11). A tradução é, no mínimo, um empreendimento problemático ([1915] 1986: 115). A definição de

31 Nota original n. 26] Além da literatura citada a seguir, ver também Yengoyan (a ser publicado), Jucquois e Swiggers (1991), Liu (1999) e D’Agostino (2002). Obviamente, eu posso tocar aqui apenas naqueles aspectos das grandes Literaturas especializadas em Romantismo, Linguística, Hermenêutica, Teoria da Ciência de Kuhn incomensurabilidade, pós-estruturalismo, diferença cultural global e a Shoah que são diretamente relevantes para comparação sociológica.

32 [Nota original n. 27] Ver Harding (1991, 1999), New (1998) e Lawson (1999) para discussões sutis da teoria do ponto de vista e epistemologia das ciências sociais.

33 [Nota original n. 28] Kant ([1787] 1965: 283) (do Apêndice “Amphiboly of Concepts of Reflection” na Crítica da Razão Pura).

semelhanças e diferenças por cientistas sociais então pode ser vista não como apreendendo alguns fatos sociais intransitivamente existentes, ou “tipos sociais naturais”, mas sim como a imposição de diferenças em um mundo social que não é sempre dividido por seus membros³⁴. A sugestão de Saussure de que problemas de comparabilidade surgem assim que saímos de uma determinada comunidade linguística foi retomada por Benjamin Whorf e foi codificada no Sapir-Whorf ou na hipótese da relatividade “linguística” (Gipper 1972; Lucy 1992; Whorf 1956)”.

Este desafio básico para a tradução é relevante para todas as análises sociais. Quando rejeitarmos a alegação de que “fatos sociais” são parecidos com coisas e assumimos, ao invés disso, que eles são sempre inextricavelmente significativos, prática, cultural e materialmente, a teoria Saussuriana e as dúvidas de Whorf sobre a tradução se aplicam imediatamente. Muitos dos contrastes que os pesquisadores sociais de interesse envolvem diferenças que atravessam os sistemas linguísticos. Todas as pesquisas transnacionais sobre colonialismo e pós-colonialismo, globalização e transculturação, por exemplo, estão sujeitas a essas objeções. Mas questões de tradução surgem mesmo dentro de um único campo linguístico, dada a multiacidentalidade da linguagem (Bakhtin 1981; Volosinov 1985).

Romantismo e Teoria da Incomensurabilidade Kuhniana

Dentro da filosofia contemporânea da linguagem, a *incomensurabilidade* (uma ideia popularizada por Kuhn [1962] 1970; ver a seguir) refere-se a “um estado no qual tradução não pode ser produzida entre dois ou mais textos denotacionais” (Povinelli 2001). Saindo fora da

análise linguística, pode-se argumentar de forma mais geral que objetos, eventos ou práticas devem ser comensurados para serem contrastados coerentemente. A *comensuração* é definida pelo *Oxford English Dictionary* como a medida das coisas contra ou em comparação umas às outras. Porque comparação necessariamente envolve não apenas diferenças, mas também semelhanças que requerem a “transformação de diferentes qualidades em uma métrica comum” (Espeland e Stevens 1998: 314)³⁵.

Uma importante linha de crítica ontológica da comensurabilidade e comparação é enraizada na ideia da singularidade e irrepitibilidade dos eventos. Os antecedentes mais longínquos dessa linha de raciocínio remontam ao romantismo dos séculos XVIII e XIX, ao historicismo, à economia histórica alemã e à etnologia. O Romantismo Alemão foi a fonte da modernização das culturas populares e da ênfase na cultura da singularidade, com os irmãos Grimm desempenhando um papel tão importante quanto Herder, Humboldt e Georg Forster (Koepping 1983: 43, 88). A ênfase historicista de Boas em configurações geográfico-culturais únicas leva adiante esta glorificação alemã do único e irrepitível na antropologia americana do século XX. Keane (2005) argumenta que esta suposição neorromântica da irredutibilidade e incomparabilidade das culturas particulares tem sido uma característica comum da antropologia cultural do século XX. A teoria romântica do *sublime*, discutida na próxima seção, excluída certos aspectos da realidade a partir da ordenação conceitual e da representação.

A formulação mais influente desta tese de uma explícita perspectiva epistemológica de Kuhn é a teoria ([1962] 1970) da incomensurabilidade das teorias científicas³⁶. Ela é apresentada como um argumento puramente epistemológico que não incide diretamente sobre a questão do referente.

34 [Nota original n. 29] Quer este mundo seja ou não esculpido inerentemente em espécies naturais ou deveria ser caracterizado como um fluxo caótico é uma questão ontológica também. Veja White (1987) para o argumento nietzschiano de que a historiografia narrativa impõe ordem a um caos histórico mais fundamental.

35 [Nota original n. 30] Chang (2002) distingue entre incomensurabilidade e incomparabilidade, mas reconhece que os dois termos são usados de forma intercambiável na maioria da literatura.

36 [Nota original n. 31] A literatura sobre Kuhn é imensa; para uma visão geral recente de sua tese de incomensurabilidade,

Na primeira formação de Kuhn na *Estrutura*³⁷, a incomensurabilidade foi ilustrada com o modelo de um do salto da Gestalt que permite ao observador habitar sequencialmente dois mundos culturais diferentes, sem nunca estar em ambos ao mesmo tempo. Mais tarde Kuhn (1999: 34) adotou uma abordagem mais linguística para a incomensurabilidade, descrevendo-se a si mesmo, como “um irrecuperável whorfiano”. Ele admitiu a possibilidade de bilinguismo, mas insistiu em um ensaio escrito pouco antes sua morte que “há coisas que podem ser ditas em um idioma que não pode ser articuladas em outro” e que esse problema não poderia ser resolvido (como a sugestão de Donald Davidson) simplesmente enriquecendo a língua nativa, “adicionando as palavras que faltam” (Kuhn, 1999: 35). Collier (1994) sugere que Kuhn e seus seguidores estão conflacionando³⁸ dois argumentos. Um diz respeito à “incomensurabilidade sem objeto”. Se duas teorias (ou discursos, paradigmas ou oradores) realmente estão falando sobre diferentes mecanismos (“objetos”) subjacentes, não há incomensurabilidade, mas duas diferentes conversas sobre duas coisas diferentes. Para os realistas, isso não é realmente uma forma de incomensurabilidade. A crença na “incomensurabilidade sem objeto” parece fazer na aceitação da negação idealista da existência de objetos separados das descrições desses objetos. O caso mais difícil é a “incomensurabilidade sem sujeito”.

Esta é uma situação hipotética em que duas teorias realmente têm uma referência e em que “compreender uma das teorias incomensuráveis seria impedir de entender o outro” (Collier 1994: 92). Não há um único assunto, em outras palavras, quem pode ocupar ambas as visões de mundo. O realista “não está comprometido com estar negando que poderia haver completa incomensurabilidade desse tipo; o realista simplesmente dúvida que alguém possa ser

subjetivamente confrontado com este estado de completa incomensurabilidade (Collier 1994: 93)”. Da mesma forma, Bhaskar (1986: 74) não impede a possibilidade de duas comunidades epistêmicas se concentrarem no mesmo objeto intransitivo e viajando ao longo de “linhas de mundo semântico que nunca se encontram e não sabemos nada um do outro”. Dado que as duas teorias na verdade não se chocam, neste caso, no entanto, elas novamente não podem ser chamadas congenitamente de “incomensuráveis”. Alegação de que sujeitos individuais não podem alternar entre ver o mundo de acordo com duas teorias diferentes é também desmentida por fenômenos como o multilinguismo, troca de código, e, resumindo o argumento do oponente, a fim de criticar como o próprio Kuhn reconheceu.

A teoria da incomensurabilidade deste tipo é um desafio para os pesquisadores comparativos, que devem enfrentar a probabilidade de que os objetos que estudam estão embutidos em diferentes sistemas linguísticos (ou culturais ou paradigmáticos). Se aceitarmos que os objetos sociais são simultaneamente material e significativamente (dependente conceitualmente), isso significa que eles não podem ser despojados de seu significado dentro de seus respectivos sistemas linguísticos sem distorção – sem transformá-las em algo fundamentalmente novo.

O imperialismo dos conceitos comparativos e a assimetria de poder entre o Observador e Observado

Outro conjunto de argumentos contra a comparação diz respeito à aplicação de categorias paroquiais e geo-historicamente limitadas além do seu campo central de gênese e circulação. Por exemplo, categorias como “sociedade civil”, “estado”, “desenvolvimento”, “a esfera pública”, “modernidade”, “civilização” e até mesmo

veja Favretti, Sandri e Scazzieri (1999).

37 Kuhn, T. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

38 Conflação, no realismo crítico, significa fazer a elisão de dois ou mais elementos ontologicamente diferentes da realidade em um mesmo, assumindo o mesmo princípio para explicação de realidades diferentes.

“capitalismo” são frequentemente usados em análises comparativas que perguntam por que essas condições estão ausentes, ou realizadas em contextos específicos (Chakrabarty 2000). Alguns críticos rejeitam esta forma de análise imediata, sugerindo que os mecanismos sociais são necessariamente variáveis como cultura e espaço (em oposição ao argumento realista crítico de que as estruturas sociais podem variar deste modo). Assim, Marriott (1990: 1-2) defende a ciência social indiana onde conceitos derivados “das realidades conhecidas pelos povos indianos” e investe contra a aplicação dos conceitos “paroquiais” de “ciências etnossociais” europeias aplicados a realidades indianas. O investigador que pergunta na Índia rural “sobre os equivalentes de western ‘indivíduos’, ‘estruturas sociais’, ‘parentesco’, ‘classes’, ‘status’, ‘regras’, ‘oposições’, ‘solidariedades’, ‘hierarquias’, ‘autoridade’, ‘valores’, ‘ideologia’, ‘religião’, ‘pureza’ etc. arrisca impor uma *ontologia e epistemologia* alienígenas sobre aqueles que tentam resposta” (grifo meu)³⁹. Uma versão mais restrita desta linha de crítica reconhece que a análise do mundo não-ocidental não pode evitar categorias cujas origens encontram-se nos países centrais, devido à permeação do mundo pela modernidade capitalista (Chakrabarty 2000). No entanto, tais conceitos “ocidentais globais” devem ser combinados com locais⁴⁰ e sua utilidade para o estudo de histórias pré-capitalistas anteriores (tanto europeus e não europeus) deve ser avaliada cuidadosamente, em vez de ser tomado concedido. Os cientistas sociais têm que pensar mais sobre se é ontologicamente legítimo discutir o desenvolvimento do “estado” ou “sociedade civil” na Dinastia Ming, ou Namíbia pré-colonial do século XIX (como em Loth 1963); se faz sentido usar o categoria “religião” na Austrália

aborígene pré-colonial (como em Durkheim 1915), ou ainda, aplicar concepções americanas modernas de tomada de decisão racional para a Europa medieval.

Embora esta linha de pensamento de incomensurabilidade seja compatível com a insistência do realismo no tempo, espaço e dependência conceitual de mecanismos sociais, não vai ao cerne do problema da comparação. Nem sempre é problemático exportar conceitos da “ciência etnossocial” ocidental para além de suas zonas de emergência e efetividade. Mesmo que uma ideia como “feudalismo” seja inapropriada para a história africana pré-colonial, por exemplo, não se aplica a todos os conceitos originalmente “ocidentais”. Também não podemos descartar universais culturais humanos em bases ontológicas *a priori*. Os realistas críticos estão frequentemente dispostos a defender tais universais (Lawson 1999: 46-47).

Uma linha relacionada de crítica de comparação concentra-se na assimetria de poder entre o observador e o observado que molda as maneiras pelas quais a cultura mais fraca é traduzida na métrica do observador. Esta é uma extensão “sociológica” da crítica mais geral da tradução que mostra como a tradução na pesquisa social geralmente é unidirecional e não recíproca⁴¹. Sociedades não ocidentais e grupos subalternos são muito mais prováveis de serem analisados em termos das categorias e culturas dominantes do que vice-versa. Mesmo dentro dos principais países, observadores externos das culturas pobres ou subalternas quase sempre são mais privilegiadas que seus informantes.

Essa unidirecionalidade da tradução leva à má ciência social. Como Lucy (1993: 25) sugere, as “categorias de linguagem próprias dos analistas podem ser tão fortemente sentidas

39 [Nota original n. 32] Na aplicabilidade das categorias ocidentais à história chinesa, ver Huang (1993, 1998). Para um argumento contra a aplicabilidade dos conceitos de gênero “ocidentais” para a África (Yorubaland), ver Oyewume (1997). Em diferentes entendimentos de “democracia” no Wolof e no Senegal francófono, ver Schaffer (1998).

40 [Nota original n. 33] Para um exemplo histórico da fusão de categorias teóricas europeias e indianas, ver Guha ([1983] 1999).

41 [Nota original n. 34] É irônico, por exemplo, que a conhecida discussão de Quine (1960: 28, 76) sobre o “tradutor radical” envolve a tradução de uma “língua da selva”, falada por “intocados”, “nativos” que vivem nos “mais escuros” arquipélagos.

que outras linguagens serão interpretadas ou descritas em termos delas – efetivamente gerando curto-circuito na possibilidade de desenvolver casos claramente contrastantes e ‘produzindo distorções graves’. Outros argumentaram que a tradução em contextos de colonialismo ou de desigualdade global leva o observador a ignorar ou mesmo a negar a diferença radical da ordem social não ocidental, seus aspectos únicos ou incomensuráveis (Bhaskar, 1994; Clifford e Marcus 1986; Lambek 1991). Lyotard (1988: 9) teoriza essa assimetria com o conceito de *differend* entre duas partes, definido como um caso em que a “ ‘regulação’ do conflito que se opõe a [duas partes] é feito no idioma de uma das partes, enquanto o erro sofrido pelo outro não é significado nesse idioma”. A distorção da tradução por diferenciais de poder também é politicamente problemática, como a linguagem conceitual dos grupos dominantes podem contribuir performativamente para a reprodução da sua dominação. Analisando as mulheres com categorias originalmente projetadas para analisar homens, por exemplo, pode-se reforçar a dominação masculina.

Este é um sério desafio para projetos de comparação social. Até certo ponto, no entanto, esta linha de ataque confunde ou iguala a “violência da abstração” muito real na prática social com um argumento menos convincente de que a abstração científica é necessariamente violenta. Isto não significa negar que processos de comensuração simbólica possam ser usados para justificar novos atos de exploração e dominação. Mas a comensuração simbólica não precisa ser violenta em todos os casos. Contra uma recusa pós-estruturalista de categorias que permite apenas o nominalismo empirista ou hipocriticamente substitui um linguagem conceitual alternativa para os que rejeitam, precisamos insistir que a crítica ciência social pode contribuir para o “desmascaramento” e “refutação” (Mannheim 1952: 140) das condições sociais que produzem falsos conhecimentos e, assim, contribuem para reproduzir a desigualdade. Indo diretamente ao ponto, se a ciência social não está disposta a romper com as categorias de cultura comum,

será capaz de pensar sua saída do “é” para o “deve” apenas de formas arbitrárias. Além disso, algumas das práticas sociais criticadas pelas ciências sociais críticas são, elas próprias, práticas de comensuração social. A determinação do valor sob o capitalismo, por exemplo, envolve uma interpretação qualitativa das diferenças em uma métrica quantitativa e homogênea de maneira que, de acordo com a teoria crítica marxista, obscurecem as reais relações subjacentes da exploração. Tais processos de comensuração socioeconômica não devem ser equiparados ao conhecimento daquele mesmo processo, mesmo que este envolva uma forma de comensuração teórica.

A Shoah, Teoria do Trauma e Incomparabilidade

Um conjunto final de argumentos para a singularidade e incomparabilidade surge da reflexão sobre o extermínio nazista dos judeus europeus. Essa discussão começou com a proibição de Adorno ([1955] 1981, [1962] 1982) na poesia após Auschwitz ou, mais especificamente, em suas reservas sobre a representação ou exibição de imagens da Shoah. Lyotard (1988), Langer (1991), Agamben (1999) e outros chamaram a atenção para os problemas de basear o conhecimento no testemunho em um caso em que as testemunhas reais da “cabeça de Gorgon” foram mortas ou expostas a horrores que eram “inimaginavelmente verdadeiros e ao mesmo tempo inimagináveis” (Agamben 1999: 76-77). Isso levanta dúvidas sobre se tal trauma histórico pode ser representado ou pode ser entendido em absoluto (Caruth 1996). Como Julia Hell (2001: 95) observa que “Essa compreensão do trauma histórico como um evento que quebra nossos quadros simbólicos e, portanto, aguarda a plena compreensão atrai (...) um tema central da teoria do trauma desde Freud” (ver Freud, 1957). Hartman (1992: 321) resume a conclusão mais radical que pode ser extraída da linha de raciocínio: “Em cada representação realista da Shoah (...) Nós ‘descrevemos’, mas não podemos *explicar* o que aconteceu”.

Em uma intervenção influente nesta discussão Lyotard associa a Shoah com a categoria kantiana do sublime e dá um toque epistemológico kantiano a alegação de irrepresentabilidade. O sentimento sublime, transportado por Lyotard (1979: 77-78) do início do século XVIII de Kant no final do século XX, é “uma forte e equívoca emoção: carrega tanto prazer quanto dor”. Na verdade, até “‘Deriva prazer da dor’. ‘O sublime só acontece’ quando a imaginação não apresenta um objeto que possa, se apenas em princípio, se adequar a um conceito”. Temos, portanto, ideias “das quais nenhuma apresentação é possível”, que “não transmitem nenhum conhecimento sobre a realidade”. Eles “podem ser considerados não representáveis”. Essa fórmula permite a estética modernista ou pós-modernista do sublime e, portanto, uma representação indireta da Shoah, desde que a arte moderna seja entendida como “uma alusão ao irrepresentável por meio de apresentações visíveis”, como apresentando o fato de que “a não existência de uma representação irrepresentável”. “Mas o modernismo não pode fechar a lacuna entre a representação e o irrepresentável ou não pode permitir uma compreensão *conceitual* do sublime”. A associação da Shoah com a teoria do sublime ressalta o romantismo, crença antropológica contemporânea, na singularidade e na crítica da comensuração⁴².

Mas, como Rose (1996, p. 43) pergunta em relação a esse debate, o que é exatamente “que não queremos entender?” A experiência real das vítimas dos campos mais brutalizadas não pode ser reconstruída ou empaticamente reexperienciada. Mas numerosos teóricos e historiadores, de fato, têm debatido as causas do Holocausto. Invertendo o dito de Lanzmann, pode-se até argumentar que explicar é um objetivo mais plausível do que descrever o Holocausto, pelo menos quando a descrição é entendida como uma recriação da experiência subjetiva real. A

este respeito, a incomparabilidade da Shoah pode estar localizada no nível do evento experiencial e empírico, e não no nível das forças que levaram ao extermínio.

Resumo

A discussão da singularidade dos eventos ajuda a esclarecer o repensar realista crítico sobre do problema da comparação. A comparação pode ser organizada em torno de mecanismos causais ou eventos comuns. A literatura antropológica sobre culturas incomensuráveis, como a discussão dos limites da representação do judeocídio nazista, sugere que não se pode supor que os eventos caiam em tipos repetidos. De fato, como os eventos são o resultado de conjunturas sobredeterminadas e contingentes de mecanismos causais de acordo com o realismo crítico, eles são sempre em certo sentido único. Os eventos que são os mais significativos historicamente, como o Holocausto (e podem-se listar outras, incluindo as Revoluções Francesa e Russa), são as menos suscetíveis a agrupar em tipos. Eles parecem ser comparáveis apenas em suas incomparabilidades.

As discussões sobre a irrepresentabilidade do Holocausto e da radicalidade cultural ressaltam a diferença entre dois tipos de eventos: o evento genuinamente *sui generis* e os tipos de eventos que Lawson (1998: 149) chama de “semi-regularidades” – regularidades de eventos parciais que indicam o “ocasional, mas menos do que universal, atualização de um mecanismo, ou *cluster* de mecanismos, sobre uma região definida de tempo-espço”. O realismo crítico sugere que tanto os eventos únicos como as semirregularidades são determinados causalmente e, em princípio, podem ser explicados - mesmo que seja muito mais difícil justificar qualquer dado relato do primeiro⁴³.

42 [Nota original n. 35] Sobre o sublime ver, Kant ([1790] 1987), Parte I, Divisão I, Livro II; também Weiskel (1976).

43 [Nota original n. 36] Podemos fazer uma distinção paralela entre mecanismos causais únicos e semi-regulares? Isso pareceria minar parte do significado do conceito de mecanismo. Uma das características do mecanismo é que ele é relativamente duradouro, mesmo em contextos em que é suprimido, em vez de empiricamente expresso (esta é a noção realista crítica de “contrafenomenalidade”; Collier 1994: 7).

Respostas às críticas de comparação

Estritamente falando, o incomparável é o impensável.

(Peter Osborne 2002: 15)

As críticas à comensurabilidade, tradução e análise comparativa do que é dito incomparável começaram a ativar entendimentos alternativos de comparação. Uma resposta é hermenêutica. Gadamer (1975) contrastou “o comparativo método” como codificado por Dilthey com seu próprio método do círculo hermenêutico. A “essência da comparação” escreve Gadamer, “pressupõe a liberdade da subjetividade consciente, que está no controle de ambos os membros da comparação (...) por isso mesmo, nós devemos duvidar se o método de comparação realmente satisfaz a ideia de conhecimento histórico” (1975: 206). O círculo hermenêutico, ao contrário, envolve um *Verschmelzung* (fusão) dos horizontes do presente e do passado, ao invés de uma subordinação do presente e passado para o observador. Ao longo de linhas semelhantes, Lambek argumenta contra as formas de comparação objetificantes, “comparação de terceira pessoa”, que implica “um privilégio, observador, posicionado em um ponto arquimediano ou laplaciano”. No entanto, Lambek também diz que a alternativa não é a “retórica de primeira pessoa” da ciência social autobiográfica. Em vez disso, ele defende uma forma *dialógica* de comparação que reconhece a individualidade e a distância / diferença do Outro. “Implica a interação de nossa linguagem com o do Outro; preocupa-se em tentar encontrar os recursos em nossa linguagem para entender inicialmente fenômenos alienígenas sem aplicar preconceitos distorcidos” (...) Isto implica que só podemos entender o Outro se nos entendermos - e talvez vice-versa” (1991: 48). O que está sendo “comparado” aqui, então, não é apenas o outro, mas é também o observador/cientista social

conseguiu mesmo.

Tentando fundir a fenomenologia com o estruturalismo, Bourdieu (1977) também defendeu uma articulação da linguagem conceitual do sociólogo com o ponto de vista das pessoas observadas. O sociólogo, segundo Bourdieu (2001: 222-23), “força-se a contribuir para a construção de *um ponto de vista sem um ponto de vista* que é o da ciência; ele é, como agente social, absorvido pelo objeto que ele toma como seu objeto, e a esse respeito ele tem um ponto de vista que não coincide nem com o de outros, nem com o ponto de vista que está ‘escavando sob’ ou ‘voando sobre’ [a realidade] do quase espectador divino (...) Ele sabe que a peculiaridade das ciências sociais exige que ele trabalhe (...) para construir uma verdade científica *capaz de integrar a visão do observador e a verdade da visão prática do agente*” (tradução e ênfase minhas). Esta “integração” das duas “visões” foi discutida em um trabalho anterior como dupla ruptura – com a experiência nativa e com os “pressupostos inerentes a posição do observador “objetivo” que (...) tende a trazer para o objeto os princípios de sua relação com este objeto” (Bourdieu [1980] 1990: 27). O interesse de Bourdieu em comparar os pontos de vista do cientista e de outros grupos sociais também é ilustrado por estudos paralelos de cientistas, camponeses Béarn (em Bourdieu [1980] 1990: 147-161), os franceses em geral (Bourdieu, 1984) e os kabylianos (Bourdieu, 1977), todos usando a mesma estrutura teórica (ver discussão em De Certeau 1984: 50-52). O trabalho Bourdieu, em geral, foi profundamente comparativo, envolvendo comparações entre classes sociais, homens e mulheres e assim por diante. No entanto, ele raramente discutia o tópico da comparação diretamente. Não tendo sido seduzido pelo que ele chamou de “tentação positivista” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron 1991: 34, 69)⁴⁴, Bourdieu não foi atormentado por dúvidas sobre o valor de trabalhar em “casos” únicos ou “culturas” (França, Kabília), tendo

44 [Nota original n. 37] Jenkins (1992: 60) acusa Bourdieu de um “positivismo residual” por seu uso frequente de estatísticas. Eu espero que mostrasse que a pesquisa qualitativa pode ser mais positivista do que qualquer uso de estatísticas, e que sozinha, não tem natureza epistemológica identificável.

construído conhecimento comparativo ao longo de uma vida em diferentes projetos e textos.

O programa hermenêutico não é antitético ao realismo crítico. Ao enfatizar o conceito de dependência da ação humana, o realismo crítico reconhece que a comparação social envolve necessariamente interpretação e tradução. Os realistas críticos têm se baseado em abordagens hermenêuticas no desenvolvimento do argumento de que os atores sociais e teorias “proto-científicas” próprias sobre a sociedade constituem um ponto de partida teoria e um [elemento] “compensador” pela falta de experimentação (Collier 1994: 165). O realismo crítico rejeitaria tanto a comparação de ‘terceira pessoa’ e ‘variações de primeira pessoa’ e veria o último como cometendo a “falácia epistêmica” – a crença de que afirmações sobre o ser podem ser sempre transpostas em declarações sobre o nosso conhecimento do ser (Bhaskar 1986, [1975] 1997).

No entanto, eu quero sugerir dois outros eixos úteis de comparação, além da “comparação” entre cientista social e o informante. Afinal de contas nós, presumivelmente, queremos dizer algo sobre o mundo externo e não apenas sobre as nossas próprias relações com isso. O realismo crítico, penso eu, é muito útil em entender exatamente o que está em apostar aqui, instando-nos a distinguir entre comparações entre eventos empíricos e comparações entre os mecanismos causais teóricos subjacentes. Aceitando que na gramática Arunta pode muito bem pode faltar distinções de gênero, por exemplo, (Povinelli 2001; Strehlow, 1944), os realistas críticos não veriam isso como necessariamente uma comparação entre a Arunta e outras linguagens ou sistemas semióticos. Afinal de contas, o próprio Saussure ([1915] 1986: 94), que iniciou a crítica da tradução, falou de “leis linguísticas” ou “princípios gerais que existem independentemente de factos concretos”. A comparação pode ser organizada, por exemplo, em torno da investigação dos efeitos de vários sistemas de parentesco sobre a incidência de distinções de gênero na linguagem. Comparação entre mecanismos teóricos – ou o que eu chamaria de *comparação realista-profunda*

– difere das versões atualistas de comparação, na medida em que se dão por satisfeitas em justapor eventos ou indivíduos que parecem ter pouco em comum no nível empírico. O que une os casos, pelo menos hipoteticamente, é a efetividade de alguma estrutura social ou entidade. O objetivo da explicação é investigar as vicissitudes desse mecanismo conceitual em diferentes contextos, casos e eventos concretos (ver também Locke e Thelen 1995; Marx [1939] 1973: 100–08 [Introdução, seção 3]; McAdam, Tarrow, e Tilly 2001).

A comparação realista-profunda é estranha não apenas ao positivismo metodológico, mas também para a maioria das posições pós-estruturalistas. Ambos, o empirismo e pós-estruturalismo evitam falar de estruturas não observáveis ou entidades causais. Como resultado, o único tipo de comparação concebível é aquele que envolve eventos semelhantes no nível concreto. Uma comparação psicanalítica das identificações imaginárias e simbólicas de europeus e chineses no século XVII, por exemplo, seria rejeitada ponto de vista positivista, não só alegando que a psicanálise só é válida dentro do Ocidente moderno, mas porque conceitos como o inconsciente são inadmissíveis em todos os casos. Realistas de profundidade, por outro lado, sentem-se confortáveis em invocar estruturas. Mas porque eles não são racionalistas filosóficos. Eles argumentariam que não podemos determinar os limites da psicanálise (ou qualquer outra teoria) *a priori*, sem estudo empírico e comparativo. No entanto, eles não esperariam a existência de estruturas hipotéticas fáceis de refutar, já que os mecanismos nunca são relacionados a eventos de maneira universal dentro de sistemas abertos.

O tipo mais familiar de pesquisa comparativa, que podemos chamar de *comparação atualista [fenomênica]*, é uma alternativa para comparar fenômenos que têm pouco em comum no nível empírico diferente do efeito putativo de algum mecanismo causal. Este envolve a comparação de uma série de eventos construídos como empiricamente comensuráveis. O método comparativo positivista (“análise causal em

nível macro”) é assim idêntico ao atualista na comparação ao nível do desenho de pesquisa básica. Não há nada de errado com isso. De fato, pelo menos um realista crítico (Lawson 1998, 1999) sugere que a ciência social da comparação poderia ser organizada em torno de semi-regularidades empíricas. Também pode ser por razões éticas ou políticas para organizar uma comparação entre entidades fenomenalmente ou eventos semelhantes (ou diferentes).

Como vimos na seção anterior, no entanto, alguns eventos são únicos no nível fenomenal. Ao confinar análise explicativa comparativa a repetidos eventos nós renunciamos a ambição de tentar explicar alguns dos mais significativos eventos históricos mundiais. Mas o realismo crítico não é o único a concentrar a atenção em eventos de mudança de estrutura (ver Bhaskar 1979; Sewell 1996). Embora alguns sociólogos parecessem acreditar que sua disciplina tem baixo status público por causa de sua falha para emular as ciências naturais, é mais provável que o público seja especialmente interessado naqueles eventos sociais fundamentais e únicos que o positivismo leva os sociólogos a evitar.

Outra fonte de confusão em torno da comparação atualista é que mesmo onde existem “tipos” identificáveis de objetos empíricos, não podemos supor que cada instância é determinada pela mesma concatenação de causas. Assim, enquanto Lawson recomenda que os projetos de pesquisa devam começar a partir da identificação de diferenças contrastantes de dados empíricos permitindo que os fenômenos em questão sejam destacados porque são “incomuns, indesejáveis ou de interesse de alguma outra maneira”, não é óbvio que a estratégia permitirá focalizar e identificar “conjuntos únicos de mecanismos causais e estruturas” (1999: 38, 40, ênfase minha). De fato, um projeto de pesquisa construído unicamente ao longo das linhas de comparação atualista e conduzida com atenção cuidadosa para estruturas complexas de

causalidade é, ironicamente, tão provável de se transformar em série de estudos de caso paralelos traçando diferentes padrões de causalidade, como é encontrar uma configuração causal invariante “única”.

Uma estratégia de pesquisa comparativa realista crítica combina as duas orientações: comparação entre mecanismos e entre eventos. Fenômenos empíricos podem ser selecionados para comparação por razões explicitamente políticas ou “interessadas” ou porque suspeitamos que tenham determinantes semelhantes. Mas eles também devem ser selecionados porque acredita-se que eles sejam relevantes para descobrir ou iluminar os mecanismos causais e estruturas de interesse.

Um exemplo de comparação entre eventos e estruturas gerativas: a formação da política nativa colonial

Como exemplo dessa estratégia, minha pesquisa em andamento sobre a precolonialidade e colonialismos alemães (Steinmetz 2002, 2003, c), envolve comparações organizadas em ambos os níveis: o real e o atual. No nível empírico, eu comparo três estados: as colônias alemãs do final do século XIX do sudoeste da África, Samoa e Qingdao (China). Mais especificamente, estabeleci a comparação das formas radicalmente diferentes de “política nativa”, perseguida pelos alemães nessas três colônias e dirigida a diferentes grupos étnicos dentro dessas colônias. Como argumento, no entanto, não há uma única, teoria monocausal do estado colonial, que como todos os estados é mais bem interpretado como um objeto concreto e empírico, não um mecanismo causal (Jessop, 1990). Minha definição inicial de casos não envolve qualquer tradução teórica, uma vez que todas essas três entidades políticas foram descritas pelos alemães e também pelos atores colonizados no tempo colonial⁴⁵. Similarmente, a *política nativa* (*Eingeborenenpolitik*) era o termo

45 [Nota original n. 38] Em contraste com os outros dois casos, Qingdao era governado pela Marinha Alemã e não pelo Escritório (Office) Estrangeiro ou (mais tarde) o Ministério Colonial. No entanto, a linguagem do colonialismo foi usada sistematicamente, desde o princípio, nas discussões oficiais de Qingdao.

usado os colonizadores para descrever as políticas que estou analisando. Uma pergunta mais difícil envolve a palavra para se referir aos destinatários da política nativa. Os alemães geralmente falavam de seus temas coloniais como sendo divididos em “tribos” (*Stämme*) ou “raças”. Os colonizados tipicamente usaram nomes próprios específicos (ou epítetos) em referência a outros grupos nativos e para si mesmos. Por isso, uso o termo *grupo étnico* – um conceito teórico ao invés de um conceito histórico “popular” – para se referir aos membros de um grupo cultural relativamente coerente que compartilha uma língua, alguns costumes e algum senso de identidade comum. A comparação do sudoeste colonial da África, Samoa e Qingdao é, portanto, uma comparação atualista [fenomênica].

Ao mesmo tempo, no entanto, esta também é uma comparação realista e profunda. Estou interessado especialmente em explorar os diferentes efeitos sobre a política nativa colonial de três mecanismos: (1) discurso etnográfico pré-colonial ou representações do ser-colonizado; (2) a competição pela distinção cultural entre os diferentes setores da elite colonizadora alemã; e (3) identificação imaginária de funcionários coloniais com imagens do colonizado. Cada um desses mecanismos está ligado a uma abordagem teórica de discussão mais ampla. Os efeitos das representações etnográficas na política nativa são tematizados na teoria do discurso colonial (Said 1979; Mitchell 1988). Eu teorizo a luta pela distinção de classes intra-elite em termos da teoria do capital simbólico de Bourdieu (1984), reconstruído ao longo de linhas psicanalíticas. A identificação cruzada de autoridades coloniais com imagens do colonizado é teorizada em termos psicanalíticos como identificação (Lacan 1991: 134-48; Lagache 1961; Laplanche e Pontalis [1967] 1973: 144; Žižek, 1989). Os casos são selecionados não apenas porque eram todas “colônias” na visão de mundo dos atores relevantes, mas também porque se tem uma expectativa de que eles revelem o funcionamento desses mecanismos causais. Antes de realizar as comparações de maneira a enfatizar esses mecanismos particulares, eu primeiramente

escrevo histórias explicativas individuais – estudos de caso – de cada uma das três colônias e os projetos específicos de cada uma delas regulação nativa dentro deles. Somente depois de completar este estágio de caso paralelo pesquisa é possível passar para o nível de comparação. Estudos de caso e comparações tornam possível um terceiro aspecto da pesquisa social, a reconstrução de teoria. Especificamente, sou capaz de reconstruir as compreensões iniciais dos mecanismos estruturais discutidos pela teoria do discurso colonial, Bourdieu, e as teorias do “espelho colonial” (por exemplo, Cannadine, 2001).

Conclusão

A produção de conhecimento sociológico envolve o movimento entre os estudos de caso, comparações entre estudos de caso e teoria. Qualquer ciência social orientada por relatos explicativos estará necessariamente envolta no estudo de casos específicos. Dentro de sistemas abertos, como o social, qualquer evento é o produto de uma multiplicidade de mecanismos que interagem de formas imprevisíveis. Dado que o nosso único acesso as subjacentes estruturas ou mecanismos é através do evento empírico, os estudos de caso explicativos são uma parte indispensável da análise social. De fato, a explicação é uma área privilegiada da singularidade do evento social, fenômeno ou processo. Mesmo em uma comparação explícita, plena e completa, o pesquisador terá que rastrear o funcionamento de uma série de mecanismos geradores, mesmo que ela esteja interessada em eventualmente enfatizar apenas um deles. E isso quase sempre envolve contar histórias sobre casos históricos específicos. Dada a necessidade de reconstruir o significado e de estudar os efeitos de mecanismos em sistemas abertos sobredeterminados é implausível esperar que as comparações sejam nada além de comparações de pequeno porte.

Toda teoria, em contraste, está preocupada com um mecanismo ou estrutura geradora. A elaboração da imagem ou modelo, ou mesmo

de um dado mecanismo, é uma necessidade e parte semiautônoma do processo científico, como foi reconhecido pelos escritores de Popper a Paul Feyerabend e Rom Harré a Roy Bhaskar. As três formas de atividade sociológica mais desacreditadas pelo positivismo metodológico – estudos de caso, comparações com amostras pequenas e o desenvolvimento semiautônomo da teoria social – assim acabam sendo as três atividades centrais de qualquer ciência social.

Referências bibliográficas

Abbott, A. 2005. “The Idea of Outcome in American Sociology.” In *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and its Epistemological Others*, ed. G. Steinmetz. Durham, NC: Duke University Press.

Adorno, T. [1955] 1981. “*Cultural Criticism and Society*.” pp. 17–34 in *Prisms*. Cambridge, MA: MIT Press.

———. [1962] 1982. “Commitment.” Pp. 300–18 in *The Essential Frankfurt School Reader*, ed. A. Arato. New York: Continuum.

Agamben, G. 1999. *Remnants of Auschwitz. The Witness and the Archive*. New York: Zone Books.

Alexander, J. C. 1982–1983. *Theoretical Logic in Sociology*. 4 vols. Berkeley: University of California Press.

Archer, M., R. Bhaskar, A. Collier, T. Lawson, and A. Norrie, eds. 1998. *Critical Realism, Essential Readings*. London, UK: Routledge.

Bakhtin, M. M. 1981. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.

Bannister, R. C. 1987. *Sociology and Scientism. The American Quest for Objectivity, 1880–1940*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Bhabha, H. 1994. *The Location of Culture*.

London, UK: Routledge.

Bhaskar, R. 1979. *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. New York: Humanities.

———. 1986. *Scientific Realism and Human Emancipation*. London, UK: Verso.

———. 1991. *Philosophy and the Idea of Freedom*. Oxford, UK: Basil Blackwell.

———. 1994. *Plato Etcetera: The Problems of Philosophy and Their Resolution*. New York: Verso.

———. [1975] 1997. *A Realist Theory of Science*. New York: Verso.

Blalock, H. M., Jr. 1964. *Causal Inferences in Nonexperimental Research*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Blumer, H. 1956. “Sociological Analysis and the ‘Variable.’” *American Sociological Review* 21 (December): 683–90.

Bourdieu, P. 1975. “The Specificity of the Scientific Field and the Social Conditions of the Progress of Reason.” *Social Science Information* 14(6):19–47.

———. 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Trans. R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press.

———. 1981. “The Specificity of the Scientific Field.” Pp. 257–92 in *French Sociology: Rupture and Renewal Since 1968*, ed. C. C. Lemert. New York: Columbia University Press.

———. 1984. *Distinction*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

———. [1980] 1990. *The Logic of Practice*. Stanford, CA: Stanford University Press.

- . 2001. *Science de la Science et Re'flexivite'*. Paris: E'ditions RAISONS D'AGIR.
- Bourdieu, P., J.-C. Chamboredon, and J. C. Passeron. 1991. *The Craft of Sociology: Epistemological Preliminaries*. New York: Walter de Gruyter.
- Breslau, D. 1998. In *Search of the Unequivocal: The Political Economy of Measurement in U.S. Labor Market Policy*. Westport, CT: Praeger.
- Burawoy, M. 1979. *Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Caillé, A. 1986. *Splendeurs et Misères des Sciences Sociales: Esquisse d'Une Mythologie*. Geneva, Switzerland: Droz.
- Calhoun, C. 1996. "The Rise and Domestication of Historical Sociology." Pp. 305–38 in *The Historic Turn in the Human Sciences*, ed. T. J. McDonald. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Camic, C. 1987. "The Making of a Method: A Historical Reinterpretation of the Early Parsons." *American Sociological Review* 52 (August): 421–39.
- . 1989. "Structure after 50 Years: The Anatomy of a Charter." *American Journal of Sociology* 95 (July): 38–107.
- Cannadine, D. 2001. *Ornamentalism. How the British Saw Their Empire*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Caruth, C. 1996. *Unclaimed Experience; Trauma, Narrative, and History*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Cervantes, D. M. [1604–1614] 1950. *Don Quixote*. London, UK: Penguin.
- Chakrabarty, D. 2000. *Provincializing Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Chang, R. 2002. *Making Comparisons Count*. New York: Routledge.
- Clifford, J., and G. E. Marcus, eds. 1986. *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Coleman, J. S. 1992. "The Power of Social Norms." *Duke Dialogue. Faculty Newsletter* 3 (April): 1–8.
- Collier, A. 1994. *Critical Realism: An Introduction to Roy Bhaskar's Philosophy*. New York: Verso.
- . 2005. "Critical Realism." In *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and its Epistemological Others*, ed. G. Steinmetz. Durham, NC: Duke University Press.
- Connell, R. W. 1997. "Why is Classical Theory Classical?" *American Journal of Sociology* 102 (6): 1511–57.
- D'Agostino, F. 2002. *Incommensurability and Commensuration*. Burlington, VT: Ashgate.
- Daston, L. 1992. "Objectivity and the Escape from Perspective." *Social Studies of Science* 22:597–618.
- De Certeau, M. 1984. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- Despy-Meyer, A., and D. Devriese, eds. 1999. *Positivisme. Philosophie, Sociologie, Histoire, Sciences*. Bruxelles, Belgium: Brepols.
- Durkheim, E. 1915. *The Elementary Forms of the Religious Life*. New York: Free Press.
- Espeland, W., and M. L. Stevens. 1998. "Commensuration as a Social Process." *Annual Review of Sociology* 24: 313–43.

- Fabian, J. 1983. *Time and the Other. How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press.
- Favretti, R. R., S. Sandri, and R. Scazzieri, eds. 1999. *Incommensurability and Translation. Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Flacks, R. 1989. "Gouldner's Prophetic Voice." *American Sociologist* 20 (Winter): 353-56.
- Forster, J. R., N. Thomas et al., eds. [1778] 1996. *Observations Made During a Voyage Round the World*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Foucault, M. 1972. *The Archaeology of Knowledge*. New York: Pantheon.
- Freitag, M. 2001. "The Contemporary Social Sciences and the Problem of Normativity." *Thesis Eleven* 65: 1-25.
- French, S. 1989. "A Peircean Response the Realist-Empiricist Debate." *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 25 (Summer):293-307.
- Freud, S. 1957. "Mourning and Melancholia." Pp. 243-58 in *Standard Edition*, vol. 14. London: Hogarth Press.
- Friedman, M. 1953. *Essays in Positive Economics*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Gadamer, H.-G. 1975. *Truth and Method*. New York: Seabury Press.
- Garfinkel, H. 1967. "Passing and the Managed Achievement of Sex Status in an Intersexed Person." Pp. 116-85 and 285-88 in *Studies in Ethnomethodology*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Gartrell, C. D., and J. W. Gartrell. 1996. "Positivism in Sociological Practice: 1967-1990." *Canadian Journal of Sociology and Anthropology* 33(May):143-58.
- Geertz, C. 1973. "Thick Description: Toward and Interpretive Theory of Culture." Pp. 3-30 in *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Giere, R. N., and A. W. Richardson, eds. 1996. *Origins of Logical Empiricism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Gipper, H. 1972. *Gibt es ein Sprachliches Relativitätsprinzip? Untersuchungen zur Sapir-Whorf-Hypothese*. Frankfurt am Main, Germany: S. Fischer.
- Gouldner, A. W. 1970. *The Coming Crisis of Western Sociology*. London, UK: Heinemann.
- Guha, R. [1983] 1999. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Durham, NC: Duke University Press.
- Gulbenkian Commission. 1996. *Open the Social Sciences. Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Habermas, J. 1971. *Knowledge and Human Interests*. Trans. J. J. Shapiro. Boston, MA: Beacon Press.
- Hacking, I. 1999. *The Social Construction of What?* Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Halfpenny, P. 1982. *Positivism and Sociology: Explaining Social Life*. London, UK: George Allen & Unwin.
- Hanushek, E. A., and J. E. Jackson. 1977. *Statistical Methods for Social Scientists*. New York: Academic Press.
- Harding, S. 1991. *Whose Science? Whose Knowledge?* Ithaca, NY: Cornell University Press.

- . 1999. "The Case for Strategic Realism: A Response to Lawson." *Feminist Economics* 5 (3): 127–33.
- Hartman, G. H. 1992. "The Book of Destruction." Pp. 318–34 in *Probing the Limits of Representation; Nazism and the "Final Solution,"* ed. Saul Friedlander. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hauptmann, E. 2005. "Defining 'Theory' in Postwar Political Science." In *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and its Epistemological Others*, ed. G. Steinmetz. Durham, NC: Duke University Press.
- Hauser, P. M. 1946. "Are the Social Sciences Ready?" *American Sociological Reviews* 11(August):379–84.
- Hazlitt, W. [1821] 1903. *Table Talk: Essays on Men and Manners*. London, UK: G. Richards.
- Hekman, S. 1994. "Max Weber and Post-Positivist Social Theory." Pp. 267–86 in *The Barbarism of Reason: Max Weber and the Twilight of Enlightenment*, ed. A. Horowitz and T. Maley. Toronto, Ontario: University of Toronto Press.
- Hell, J. 2001. "Was bleibt? Wolfgang Hilbig's Provisorium, or the Disappearance of the Author in a Blind Spot." *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik (LiLi)* 31(December):71–114.
- Hempel, C. G. 1966. "Explanation in Science and History." Pp. 95–126 in *Philosophical Analysis and History*, ed. W. H. Dray. New York: Harper & Row.
- Hempel, C. G., and P. Oppenheimer. 1948. *Studies in the Logic of Explanation*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill.
- Huang, P. C. C. 1993. "'Public Sphere'/'Civil Society' in China?" *Modern China* 19(2):216–40.
- . 1998. "Theory and the Study of Modern Chinese History." *Modern China* 24(2):183–208.
- Hume, D. [1748] 1975. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Oxford, UK: Clarendon Press.
- Huntington, S. P. 1996. *The Clash of Civilizations. Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Jameson, F. 1984. "Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism." *New Left Review* 146:52–92.
- Jenkins, R. 1992. *Pierre Bourdieu*. London, UK: Routledge.
- Jessop, B. 1990. *State Theory: Putting the Capitalist State in its Place*. Cambridge, UK Polity.
- Jucquois, G., and P. Swiggers, eds. 1991. *Le Comparatisme devant le Miroir*. Louvain-la-Neuve, Belgium: Peeters.
- Kant, I. [1787] 1965. *Critique of Pure Reason*, 2d ed. Ed. and trans. Norman Kemp Smith. New York: St. Martin's Press.
- . [1790] 1987. *Critique of Judgment*. Ed. and trans. Werner S. Pluhar. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Company.
- Keane, W. 2005. "Estrangement, Intimacy, and the Objects of Anthropology." In *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and its Epistemological Others*, ed. G. Steinmetz. Durham, NC: Duke University Press.
- King, G. R., O. Keohane, and S. Verba. 1994. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Kleinman, D. L. 1995. *Politics on the Endless Frontier: Postwar Research Policy in the United*

- States. Durham, NC: Duke University Press.
- Koepping, K.-P. 1983. *Adolf Bastian and the Psychic Unity of Mankind*. St. Lucia: University of Queensland Press.
- Kolakowski, L. [1966] 1968. *The Alienation of Reason. A History of Positivist Thought*. Garden City, NY: Doubleday & Company.
- Kuhn, T. [1962] 1970. *The Structure of Scientific Revolutions*, 2d ed. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- . 1977. “Second Thoughts on Paradigms.” Pp. 459–517 in *The Structure of Scientific Theories*, ed. F. Suppe. Urbana: University of Illinois Press.
- . 1999. “Remarks on Incommensurability and Translation.” Pp. 33–38 in *Incommensurability and Translation: Kuhnian Perspectives on Scientific Communication and Theory Change*, ed. R. Rossini Favretti, G. Sandri, and R. Scazzieri. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Lacan, J. 1991. *The Seminar of Jacques Lacan. Book I. Freud's Papers on Technique, 1953–1954*. New York: W.W. Norton & Company.
- Lacey, H. 1999. *Is Science Value Free? Values and Scientific Understanding*. London, UK: Routledge.
- Lagache, D. 1961. “La Psychanalyse et la Structure de la Personnalité.” *La Psychanalyse* 6:5–58.
- Lambek, M. 1991. “Tryin’ to Make it Real, but Compared to What?” *Culture* 11:43–51.
- Langer, L. 1991. *Holocaust Testimonies. The Ruins of Memory*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Laplanche, J., and J. -B. Pontalis. [1967] 1973. *The Language of Psycho-Analysis*. New York: W.W. Norton & Company.
- Lawson, T. 1998. “Economic Science Without Experimentation/Abstraction.” Pp. 144–85 in *Critical Realism, Essential Readings*, ed. M. Archer et al. London: Routledge.
- . 1999. “Feminism, Realism, and Universalism.” *Feminist Economics* 5(2):25–59.
- Layder, D. 1988. “The Relation of Theory and Method: Causal Relatedness, Historical Contingency, and Beyond.” *Sociological Review* 36 (August): 441–63.
- Lenzer, G., ed. 1975. *Auguste Comte and Positivism. The Essential Writings*. New York: Harper & Row.
- Levine, G. 1996. “Science and Citizenship: Karl Pearson and the Ethics of Epistemology.” *Modernism/Modernity* 3 (3): 137–43.
- Lieberson, S. 1991. “Small Ns and Big Conclusions: An Examination of the Reasoning Based on a Small Number of Cases.” *Social Forces* 70 (December): 307–20.
- . 1994. “More on the Uneasy Case for Using Mill-Type Methods in Small-N Comparative Studies.” *Social Forces* 72:1225–37.
- Liu, L., ed. 1999. *Tokens of Exchange. The Problem of Translation in Global Circulation*. Durham, NC: Duke University Press.
- Locke, J. [1689] 1997. *An Essay Concerning Human Understanding*. London, UK: Penguin.
- Locke, R. M., and K. Thelen. 1995. “Apples and Oranges Revisited: Contextualized Comparisons and the Study of Comparative Local Politics.” *Politics and Society* 23 (September): 337–67.
- Loth, H. 1963. *Die Christliche Mission in Südwesafrika. Zur Destruktiven Rolle der*

- Rheinischen Missionsgesellschaft beim Prozeß der Staatsbildung in Südwesafrika (1842–1893)*. Berlin, Germany: Akademie-Verlag.
- Lucy, J. 1992. *Language Diversity and Thought: A Reformulation of the Linguistic Relativity Hypothesis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- , ed. 1993. *Reflexive Language: Reported Speech and Metapragmatics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Lundberg, G. A. 1939. “Contemporary Positivism in Sociology.” *American Sociological Review* 4(1):42–55.
- Lyotard, J.-F. 1979. *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- . 1988. *The Differend: Phrases in Dispute*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Mahoney, J., and D. Rueschemeyer. 2002. “Comparative-Historical Analysis: Achievements and Agendas.” Pp. 3–38 in *Comparative-Historical Analysis in the Social Sciences*, ed. J. Mahoney and D. Rueschemeyer. New York: Cambridge University Press.
- Mandelbaum, M. 1961. “Historical Explanation: The Problem of Covering Laws.” *History and Theory* 1 (3): 229–42.
- Mannheim, K. 1952. “The Problem of a Sociology of Knowledge.” Pp. 134–90 in *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge, Kegan Paul.
- Marriott, M. 1990. “Constructing an Indian Ethnosociology.” Pp. 1–39 in *India Through Hindu Categories*, ed. M. Marriott. New Delhi, India: Sage Publications.
- Marx, K. [1939] 1973. *Grundrisse*. New York: Vintage.
- McAdam, D., S. Tarrow, and C. Tilly. 2001. *Dynamics of Contention*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Mihic, S., S. Engelmann, and E. Wingrove. 2005. “Facts, Values, and ‘Real’ Numbers: Making Sense in and of Political Science.” In *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and its Epistemological Others*, ed. G. Steinmetz. Durham, NC: Duke University Press.
- Miller, R. W. 1987. *Fact and Method. Explanation, Confirmation, and Reality in the Natural and Social Sciences*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Mills, C. W. 1959. *The Sociological Imagination*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Mitchell, T. 1988. *Colonizing Egypt*. Berkeley: University of California Press.
- Monboddo, J. B., *Lord. 1774–1779. Of the Origin and Progress of Language*, 2d ed. Edinburgh, Scotland: J. Balfour.
- Nagel, E. [1961] 1979. *The Structure of Scientific Explanation*. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Co.
- Nancy, J.-L. 2000. *Being Singular Plural*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- New, C. 1998. “Realism, Deconstruction, and the Feminist Standpoint.” *Journal for the Theory of Social Behavior* 28(4):349–72.
- Orloff, A. S., and T. Skocpol. 1984. “Why Not Equal Protection? Explaining the Politics of Public Social Spending in Britain, 1900–1911, and the United States, 1880s–1920.” *American Sociological Review* 49:726–50.
- Osborne, P. 2002. “On Comparability.” *Paper presented at “Problems of Comparability/*

- Possibilities of Comparison in the Human and Social Sciences.” New York University, March 1–3.
- Oyewume, O. 1997. *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Pawson, R. 1989. *A Measure for Measures. A Manifesto for Empirical Sociology*. London, UK: Routledge.
- Pearson, K. 1892. *The Grammar of Science*. London, UK: Walter Scott.
- Peirce, C. S. 1931–1932. *Collected Papers*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Poincaré, H. 1913. *The Foundations of Science*. New York: Science Press.
- Popper, K. R. [1934] 1992. *The Logic of Scientific Discovery*. London, UK: Routledge.
- Povinelli, E. 2001. “Radical Worlds: The Anthropology of Incommensurability and Inconceivability.” *Annual Review of Anthropology* 30:319–34.
- Putnam, H. 1975. *Mind, Language, and Reality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Quine, W. V. O. 1960. *Word and Object*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rammstedt, O. 1988. “Wertfreiheit und die Konstitution der Soziologie in Deutschland.” *Zeitschrift für Soziologie* 17(4):264–71.
- Rorty, R. 1979. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rose, G. 1996. *Mourning Becomes the Law: Philosophy and Representation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Ross, D. 1991. *The Origins of American Social Science*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Said, E. 1979. *Orientalism*. New York: Vintage.
- Saussure, F. D. [1915] 1986. *Course in General Linguistics*. La Salle, IL: Open Court.
- Schaffer, F. 1998. *Democracy in Translation: Understanding Politics in an Unfamiliar Culture*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Scharff, R. C. 1995. *Comte After Positivism*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sewell, W., Jr. 1996. “Three Temporalities: Toward an Eventful Sociology.” Pp. 245–80 in *The Historic Turn in the Human Sciences*, ed. T. J. McDonald. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Shaw, C. [1930] 1966. *The Jack-Roller. A Delinquent Boy’s Own Story*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Shils, E. 1948. *The Present State of American Sociology*. Glencoe, IL: Free Press.
- Skocpol, T. 1984. “Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology.” Pp. 356–91 in *Vision and Method in Historical Sociology*, ed. T. Skocpol. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Skocpol, T., and M. Somers. 1980. “The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry.” *Comparative Studies in Society and History* 22:174–97.
- Smelser, Neil J. 1986. *Die Beharrlichkeit des Positivismus in der amerikanischen Soziologie*. *Kölnner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* 38 (March):133–50.
- Sokolowski, W. R. 1997. *The Structure of Peirce’s Realism*. *Prima Philosophia* 10(1):77–88.

- Somers, M. R. 1998. "We're No Angels': Realism, Rational Choice, and Relationality in Social Science." *American Journal of Sociology* 104 (Nov.):722-84.
- Steinmetz, George. Forthcoming a. "Scientific Authority and the Transition to Post-Fordism: The Plausibility of Positivism in American Sociology since 1945." In *The Politics of Method in the Human Sciences: Positivism and its Epistemological Others*, ed. George Steinmetz. Durham, NC: Duke University Press.
- . Forthcoming b. "Scientific Authority and the Transition to Post-Fordism: The Long Revolution in American Sociology's Epistemological Unconscious During the last Third of the Twentieth Century." In *The Making and Unmaking of Modernity: Politics and Processes for Historical Sociology*, ed. Julia Adams, Elisabeth Clemens, and Ann Orloff. Durham, NC: Duke University Press.
- . Forthcoming c. *The Devil's Handwriting: Precolonial Ethnographic Discourse, Cross-Identification, and Native Policy in German Colonialism (Qingdao, Samoa, and Southwest Africa)*.
- . 1998. *Critical Realism and Historical Sociology*. *Comparative Studies in Society and History* 38(4):170-86.
- . 2002. "Precoloniality and Colonial Subjectivity: Ethnographic Discourse and Native Policy in German Overseas Imperialism, 1780s-1914." *Political Power and Social Theory* 15:135-228.
- . 2003. "'The Devil's Handwriting': Precolonial Discourse and Colonial Native Policy in German Samoa and Qingdao." *Comparative Studies in Society and History* 45(1):41-95.
- Steinmetz, G., and O. B. Chae. 2002. "Sociology in an Era of Fragmentation: From the Sociology of Knowledge to the Philosophy of Science and Back Again." *Sociological Quarterly* 43(Winter):111-37.
- Stinchcombe, A. 1996. "Epistemology as an Optimizing Discipline." Unpublished Paper, Northwestern University, Department of Sociology.
- Stoler, A. L. 2001. "Tense and Tender Ties: The Politics of Comparison in North American History and (Post)Colonial Studies." *Journal of American History* 88 (December):829-65.
- Strehlow, T. G. H. 1947. *Aranda Traditions. Melbourne, Australia*: Melbourne University Press.
- Taylor, C. 1975. *Hegel*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- . 1979. "Interpretation and the Sciences of Man." Pp. 25-72 in *Interpretive Social Science. A Reader*, ed. P. Rabinow and W. R. Sullivan. Berkeley: University of California Press.
- Toulmin, S. E. 1969. "From Logical Analysis to Conceptual History." Pp. 25-53 in *The Legacy of Logical Positivism*, ed. P. Achinstein and S. F. Barker. Baltimore, MD: Johns Hopkins Press.
- Turner, J. H. 1993. *Classical Sociological Theory: A Positivist's Perspective*. Chicago, IL: Nelson-Hall.
- Turner, S. P., and J. H. Turner. 1990. *The Impossible Science. An Institutional Analysis of American Sociology*. Newbury Park, CA: Sage.
- Volosinov, V. N. 1985. *Marxism and the Philosophy of Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Walker, H. A., and B. P. Cohen. 1985. "Scope Statements: Imperatives for Evaluating Theory." *American Sociological Review* 50(June):288-301.
- Wallerstein, I. 1974. *The Modern World-*

System. New York: Academic Press.

Weber, M. 1949. "Objectivity' in Social Science and Social Policy." Pp. 50–112 in *The Methodology of the Social Sciences*, ed. E. A. Shils and H. A. Finch. New York: Free Press.

Weiskel, T. 1976. *The Romantic Sublime*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

White, H. 1987. "The Value of Narrativity in the Representation of Reality." Pp. 1–25 in *The Content of the Form*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

Whorf, B. L. 1956. *Language, Thought, and Reality: Selected Writings*. Cambridge, MA: MIT Press.

Yengoyan, A. A. Forthcoming. "Comparison and its Discontents." In *Modes of Comparison: Theory and Practice*, ed. A. A. Yengoyan. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.

Z'iz'ek, S. 1989. *The Sublime Object of Ideology*. New York: Verso.